

# 4

## DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS

AUTORES

ANTÔNIO TADEU NEVES DÓREA  
PAULO SANDOVAL JR.  
LUCIANO PATRÍCIO DO NASCIMENTO BARROS  
LUÍS TADEU ASSAD



SÉRIE COOPERAÇÃO  
**BRASIL - ESPANHA**  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS



# 4 DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS

AUTORES

ANTÔNIO TADEU NEVES DÓREA  
PAULO SANDOVAL JR.  
LUCIANO PATRÍCIO DO NASCIMENTO BARROS  
LUÍS TADEU ASSAD



SÉRIE COOPERAÇÃO  
**BRASIL - ESPANHA**  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS



SÉRIE COOPERAÇÃO  
**BRASIL - ESPANHA**  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS

# 4

## DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS



SÉRIE COOPERAÇÃO

**BRASIL - ESPANHA**

PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALAGOAS



Brasília - 2013

AUTORES:

**ANTÔNIO TADEU NEVES DÓREA**

**PAULO SANDOVAL JR.**

**LUCIANO PATRÍCIO DO NASCIMENTO BARROS**

**LUÍS TADEU ASSAD**

## EQUIPE TÉCNICA

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento  
e Sustentabilidade – IABS

**Luís Tadeu Assad**  
Diretor Presidente

**Paulo Sandoval Jr.**  
Coordenador Geral do Projeto

**Aline Melo da Silva**  
Veterinária e Zootecnista – Consultora do IABS

**Marcela Pimenta Campos Coutinho**  
Coordenadora Local dos Projetos da AECID em Alagoas

**Kimiko Matsumoto**  
Apoio local

**Agronegócios Projetos & Consultoria Ltda.**

**Alessandro José Rios de Carvalho**  
Engenheiro de Alimentos

**Antônio Tadeu Neves Dórea**  
Engenheiro Agrônomo

**João Ricardo Rebouças Dórea**  
Engenheiro Agrônomo

**Tarcísio Ferro Costa Filho**  
Zootecnista

Instituto Agronômico de Pernambuco

**Fernando Lucas Torres de Mesquita**  
Zootecnista

Conselho Regulador de Indicação Geográfica  
Protegida Corderex – Cordeiro de Extremadura

**Raul Muniz Cimas**  
Veterinário

## COLABORAÇÃO/PARCEIROS

Associação de Produção Artesanal de Cosméticos  
de Maravilha – Natu Capri

Cooperativa de Agricultores Familiares do Sertão  
de Alagoas – CAFISA

Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmi-  
ro Gouveia – COOFADEL

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

Prefeitura Municipal de São José da Tapera

Universidade Estadual de Alagoas – Campus de  
Santana do Ipanema

Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura do Estado de Alagoas. Antônio Tadeu Neves Dórea, Paulo Sandoval Jr., Luciano Patrício do Nascimento Barros e Luís Tadeu Assad (autores) Agronegócios Projetos e Consultoria / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Governo do Estado de Alagoas / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

ISBN 978-85-64478-24-4

148 p.

1. Cadeia Produtiva. 2. Diagnóstico Setorial. 3. Pequenos Ruminantes. I. Título. II. Agro Negócios Projetos e Consultoria III. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS. IV. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID V. Governo do Estado de Alagoas. VI. Editora IABS.

CDU: 636.08

636.3

## EMBAIXADA DA ESPANHA NO BRASIL

Manuel de la Cámara Hermoso  
Embaixador

## AGÊNCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (ESCRITÓRIO TÉCNICO DE COOPERAÇÃO - BRASIL)

Jesús María Molina Vázquez  
Coordenador Geral

Margarita García Hernández  
Diretora de Programas

## GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Teotonio Vilela Filho  
Governador de Alagoas

José Thomaz Nonô  
Vice-Governador de Alagoas

José Marinho Junior  
Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

Carlos Henrique Amorim Soares  
Secretário - Adjunto da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

Luciano Patrício do Nascimento Barros  
Superintendente de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - IABS

Luís Tadeu Assad  
Diretor Presidente

Eric J. Sawyer  
Diretor Técnico

André Macedo Brügger  
Presidente do Conselho Deliberativo

Paulo Sandoval Jr.  
Vice-Presidente do Conselho Deliberativo

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR.....	9
APRESENTAÇÃO DA SÉRIE .....	11
APRESENTAÇÃO DO SECRETÁRIO .....	13
1. INTRODUÇÃO .....	15
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	19
3. METODOLOGIA .....	23
3.1 Número de Produtores .....	24
3.2 Cadeia e fluxo de produção.....	29
3.2.1 Benefícios .....	30
3.2.2 Oportunidades e potencialidades em Alagoas.....	30
3.2.2.1 Beneficiamento da carne.....	30
3.2.2.2 Beneficiamento do leite e do queijo caprino .....	30
3.2.2.3 Couro .....	30
3.2.2.4 Genética .....	31
3.2.2.5 Localização potencial .....	31
3.2.2.6 Abastecimento e irrigação.....	31
3.2.2.7 Malha rodoviária .....	32
3.2.2.8 Porto .....	32
3.3 Gargalos para o desenvolvimento .....	32
3.4 Consumo de carne no estado de Alagoas .....	33
3.5 Aspectos produtivos: limitantes .....	38
3.6 Estudos acadêmicos .....	41
3.7 Instituições públicas .....	43
3.8 Área de produção.....	44
3.9 Principais clippings de jornais do estado de Alagoas .....	46
3.10 Ficha cadastral.....	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
4.1 Perfil do produtor .....	51
4.1.1 Faixa etária.....	51
4.1.2 Condição de posse .....	54
4.2 Caracterização sócio-econômica .....	54
4.2.1 Renda .....	54
4.2.2 Escolaridade .....	55

4.2.3 Infraestrutura.....	57
4.2.4 Mão de obra.....	59
4.2.5 Atividades econômicas desenvolvidas.....	60
4.3 Tecnologias.....	61
4.3.1 Experiência na atividade.....	61
4.3.2 Melhoramento genético e índices zootécnicos.....	63
4.3.3 Assistência técnica.....	66
4.4 Organização social.....	68
4.5 Políticas públicas.....	69
4.6 Comercialização.....	70
4.7 Meio ambiente.....	73
5. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS.....	77
6. REFERÊNCIAS.....	79
7. VISITA TÉCNICA ESPANHOLA NO BRASIL.....	87
8. VISITA TÉCNICA BRASILEIRA À ESPANHA.....	117



# APRESENTAÇÃO DO GOVERNADOR

O grande desafio do nosso governo foi transformar uma realidade que há anos colocava o Estado de Alagoas no ranking dos piores índices do país em praticamente todas as áreas de atuação. Nos últimos anos, com empenho e muito trabalho, conseguimos avançar em todos os setores, sempre sob o signo da inovação.

Inovamos, inicialmente, na forma de governar com a modernização da gestão e controle rigoroso das contas públicas. Essa ação nos rendeu o resgate da credibilidade do Estado junto a importantes parceiros em Alagoas, no Brasil e no mundo.

Essa credibilidade surgiu a partir da implantação de um modelo que foi considerado exemplar na superação de situações fiscais difíceis e foi publicado pela ONU num livro em dois volumes. O resultado da credibilidade está expresso em diversas parcerias inéditas com agências e instituições nacionais e internacionais como Banco Mundial, BID, BNDES, UNESCO, PNUD e a AECID.

Também efetivamos relações importantes com o Governo Federal e com o setor privado nacional e internacional. Com os recursos gerados por meio dessas parcerias e com recursos do próprio Tesouro Estadual estão sendo realizados investimentos inéditos na história de Alagoas. Ainda como resultado concreto do resgate da credibilidade, nos últimos sete anos, foram atraídos para Alagoas mais de oitenta novos empreendimentos de médio e grande porte.

Com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), desenvolvemos projetos em diversas áreas e alcançamos resultados extraordinários, como o apoio às cadeias de ovinocaprinocultura e do leite, sob coordenação da Secretaria de Estado da Agricultura; o apoio à inserção produtiva da ostra e do sururu, coordenado pela Secretaria de Estado da Pesca e da Aquicultura.

É fundamental citar ainda a participação nos programas de capacitação em microcrédito e gestão de organismos produtivos, a cargo da Desenvolve, a Agência de Fomento de Alagoas, que tem em seu DNA o apoio decisivo da AECID; a formulação do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, conduzido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti); e o amplo diagnóstico e capacitação de gestores públicos, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande).

Os destaques dessa parceria se traduzem nos resultados obtidos em todas essas secretarias e órgãos. O trabalho realizado em Alagoas contou com o acompanhamento técnico do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) e a coordenação-geral foi da Seplande. É dessa forma, com planejamento e transparência, que estamos conseguindo reverter o quadro negativo encontrado e inserir o Estado de Alagoas em um novo patamar de desenvolvimento.

Teotonio Vilela Filho  
Governador de Alagoas

## APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Foram mais de 7 anos, 39 projetos e R\$ 18,5 milhões. Mais do que números, fica registrado com essa série de publicações o sucesso da Cooperação Brasil Espanha para o Desenvolvimento do Estado de Alagoas. Seja qual for a área apoiada – planejamento e desenvolvimento econômico, agricultura e desenvolvimento agrário, ciências, tecnologia e inovação, pesca e aquicultura, turismo ou fomento – as ações para os temas de governabilidade democrática e promoção do tecido econômico trouxeram resultados inusitados e surpreendentes.

Importante destacar o modelo de gestão criado para dar o rumo estratégico e a viabilidade operacional para os projetos. Os Comitês Gestores e Câmaras Técnicas asseguraram que os projetos fossem idealizados, estruturados, executados, ajustados e concluídos de maneira consensuada com todos os envolvidos, garantindo assim que os principais objetivos dos projetos fossem alcançados, que todo o processo da experiência na Cooperação fosse participativo e relevante, e que toda a devida transparência fosse dada ao processo.

Ao longo das nove publicações desta série, esperamos dar uma pincelada sobre as principais metodologias, resultados e lições aprendidas nesses sete anos de intensa cooperação. Esperamos poder transmitir um pouco da dimensão e da importância das ações empreendidas. Também esperamos compartilhar um pouco do trabalho edificante que nos traz, a cada dia, novos aprendizados e desafios. Mas, acima de tudo, esperamos demonstrar um caso de pleno sucesso em uma experiência de cooperação para o desenvolvimento, que pode ser replicado em realidades distintas, com contribuições concretas para o desenvolvimento local.

Não podemos deixar de dar o devido reconhecimento aos parceiros Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, Agência Brasileira de Cooperação – ABC, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS, e Governo do Estado de Alagoas, por meio das Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, Agricultura e Desenvolvimento Agrário – SEAGRI, Ciências, Tecnologia e Inovação – SECTI, Pesca e Aquicultura – SEPAq, Turismo – SETUR e a Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE.

Os projetos dessas Secretarias apoiados pela Cooperação incluem: Consolidação do Modelo Institucional da Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve, Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Lácteos e Ovino-caprino, Apoio à Formulação e Implementação do Plano Estratégico de CT&I de Alagoas, Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Pesca Artesanal e Aquicultura, Fortalecimento das Capacidades do Estado em Formação de Gestores Públicos, Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco.

A série contará com publicações sobre as seguintes atividades:

- A Experiência da Cooperação Espanhola no Estado de Alagoas;
- Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura de Alagoas;
- Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira em Alagoas;
- Mapeamento e Diagnóstico das Demandas de Formação de Gestores Públicos do Estado de Alagoas;
- Seminário e Cursos de Formação de Gestores Públicos do Estado de Alagoas;
- Plano Estadual de Ciência, Tecnologia & Inovação;
- A cada lata – A extração de Sururu na Lagoa Mundaú;
- Ostras Depuradas de Alagoas;
- Modelo de gestão e de inteligência competitiva para organismos produtivos de Alagoas.

Espera-se que os projetos apoiados continuem avançando e beneficiando cada vez mais cidadãos do Estado de Alagoas, e que possamos, com a força das experiências contidas nesses nove volumes, contribuir para a cooperação internacional para o desenvolvimento no âmbito local, regional e internacional.

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID  
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS

# APRESENTAÇÃO DO SECRETÁRIO

O Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinocaprinocultura de Alagoas é fruto da parceria entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (Seagri), na realização de pesquisa censitária, diagnóstico e prognóstico para a cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura e Pecuária Leiteira no Estado de Alagoas, na busca de dinamização para este segmento produtivo, com os consequentes benefícios para o desenvolvimento local e os produtores rurais envolvidos.

Missões técnicas, capacitações, desenvolvimento de novos projetos, abertura de mercado, assistência técnica e, acima de tudo, a transferência de conhecimento são algumas das ações e benefícios trazidos para Alagoas, além das oportunidades de estreitar as relações técnicas e comerciais entre Espanha e Brasil.

Com a atuação da AECID no Estado, tivemos grandes contribuições na identificação de ações estratégicas para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Destacamos como um dos principais resultados desta parceria a estruturação do Centro Xingó para Convivência com o Semiárido, localizado na cidade de Piranhas, como parte do programa de desenvolvimento e difusão de tecnologias rurais do sertão alagoano. O Centro será um difusor de tecnologias de convivência com o semiárido, além de retomar a execução de pesquisas aplicadas para as necessidades dos produtores alagoanos, nos campos de ovinocaprinocultura, avicultura caipira de postura e de corte, apicultura, forragens e pastagens, além do desenvolvimento de rações e produção de mudas e sementes de espécies nativas da caatinga.

Fruto do esforço institucional da Seagri, em parceria com a AECID, e ainda a Agência Brasileira de Cooperação e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, os resultados dos trabalhos aqui apresentados subsidiarão as decisões e estratégias a serem conduzidas pela administração estadual, na busca de opções para o desenvolvimento da cadeia produtiva de ovinocaprinocultura, contribuindo para dinamizar ainda mais o setor agropecuário alagoano, notadamente no seu agreste e sertão, especialmente com ações voltadas aos pequenos produtores, focado na melhoria da rentabilidade, ampliação da produtividade e eficiência econômica, assim contribuindo para a sustentabilidade e para a melhoria da qualidade de vida dos alagoanos que lá residem, bem como daquele bioma.

José Marinho Júnior

Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário



# 1. INTRODUÇÃO

A região do semiárido alagoano apresenta vocação natural para a ovinocaprinocultura. A criação de ovinos e caprinos ocorre em áreas limitadas, subaproveitadas para os demais rebanhos e culturas alternativas em razão da pobre qualidade do solo e da baixa quantidade de recursos naturais disponíveis. Tal atividade é de suma importância social para as populações de baixa renda, uma vez que podem ser explorados a pele, a carne e o leite in natura para o beneficiamento.

Estudos sobre a economia do Estado de Alagoas indicam que a pobreza está fortemente relacionada com a falta de condições de acesso à informação, tecnologia e ao crédito. Apontam ainda que a maior parte da população interiorana continua dependente do emprego agrícola, que vem nos últimos anos declinando de forma bastante acentuada.

Apesar dos esforços do poder público, as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social demandam mais investimentos e ações que contribuam para elevar sua qualidade de vida, seja no interior ou na capital do estado. Nesse contexto, a inclusão socioproductiva e a capacitação de pessoas para a inserção no mercado de trabalho tornar-se-ão alternativas para o atendimento da carência de mão de obra qualificada, permitindo a criação de novos postos de trabalho.

As experiências acumuladas com estratégias e programas de desenvolvimento têm demonstrado que as ações isoladas, implementadas de forma geograficamente pulverizada, não causam os impactos necessários, não sendo, portanto, objeto de transformação. Isso ocorre, principalmente, porque os modelos de intervenção pública em prol do desenvolvimento carecem de força suficiente para gerar iniciativas que venham somar às ações iniciadas pelo governo.

A melhoria da competitividade e a modernização da cadeia produtiva requerem, em primeiro lugar, a avaliação do seu desempenho, procurando-se, assim, identificar problemas para os quais ações corretivas podem ser planejadas e implementadas.

Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) –, instituição gestora dos fundos alocados pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) –, em ações desenvolvidas no Estado de Alagoas, têm a satisfação de apresentar o presente diagnóstico que deverá fornecer os subsídios para identificar, definir a natureza e a intensidade das ações a serem implantadas com o objetivo de fortalecimento da cadeia produtiva.

O estudo está dividido em cinco capítulos. Primeiramente, a introdução aborda as tendências e a situação da cadeia produtiva da Ovinocaprinocaprinocultura no Brasil e no Estado de Alagoas. O segundo capítulo traz a metodologia utilizada para alcançar os objetivos. Já o terceiro trata sobre a Ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas. Enquanto o quarto capítulo, apresentamos resultados e discussões. Finalmente, o quinto capítulo apresenta as conclusões e encaminhamentos, seguidos das referências bibliográficas.

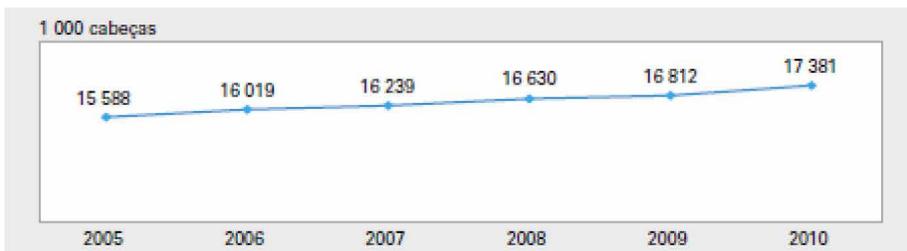




## 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, o efetivo de ovinos teve aumento de 3,4% em 2010, em comparação a 2009 (Figura 1). O maior aumento foi registrado na Região Centro-Oeste do País com 12,4%, alavancado pelo crescimento de 24,1% em Mato Grosso, cujo efetivo neste ano ultrapassou o de Mato Grosso do Sul. Até então, o estado mais representativo nesta região. Crescimentos também foram registrados nas Regiões Sul (1,6%), Sudeste (2,6%), Norte (7,1%) e Nordeste (3%) do país.

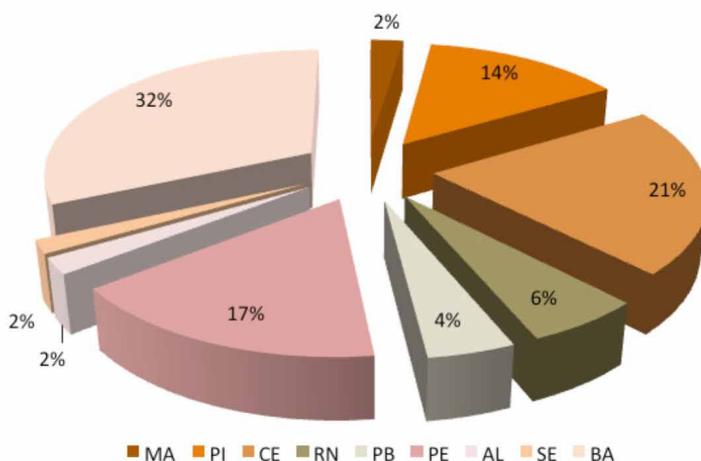
*Figura 1 - Evolução do efetivo de ovinos – Brasil – 2005/2010.*



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2005-2010.

O maior efetivo de ovinos encontrava-se na Região Nordeste, 56,7% do total nacional. Esse efetivo tem como finalidade a produção de carne e leite com raças deslançadas. A Região Sul representava 28,1% desse plantel, sendo o Rio Grande do Sul o estado com o maior número de animais. Os dois principais municípios produtores pertencem a esse estado: Santana do Livramento e Alegrete. No Brasil, dentre os 20 municípios com os maiores efetivos, 11 estão no Rio Grande do Sul e os demais entre cidades da Região Nordeste, localizadas nos estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Distribuição dos ovinos nos estados da região nordeste (Fonte: IBGE, 2010 - Pesquisa de Pecuária Municipal).



Nesse contexto, a maior parte da exploração ocorre em sistemas extensivos nos quais os animais são soltos na caatinga, sem orientação técnica e condições ideais de manejo. Os animais ficam suscetíveis não só à adversidade do ambiente, como também à infestação de endo e ectoparasitas, que causam enormes prejuízos à exploração e ao produtor rural. Isso ocasionam perdas reais e limites da oferta de produtos nobres como a carne, pele e leite, que poderiam minimizar a situação caótica pela qual passa a maioria dos habitantes dessas regiões e alivia o constrangimento social dos campesinos.

A atividade é desenvolvida em mais de 40 municípios, tendo como principais áreas de concentração a mesorregião e a microrregião serrana do sertão alagoano. A (Tabela 1) mostra informações recentes da criação de ovinos e caprinos para o Estado como um todo e para essas duas regiões específicas.

Tabela 1 - Efetivo dos rebanhos em Alagoas (Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal – IBGE/2001 e SEAP-AL – Cadastro Agropecuário 2002).

LOCAL	2001	2002
	OVINOS	CAPRINOS
Estado de Alagoas	124.659	50.376
Mesorregião do sertão alagoano	59.468	23.120
Mesorregião serrana do sertão alagoano	7.250	12.450

O mercado alagoano se apresenta como boa oportunidade para o consumo de carne de caprino. Pesquisa realizada pelo SEBRAE-AL, em 2002, revelou que 86% dos consumidores entrevistados compram carne de ovino e 63% compram carne de caprino.

A exploração de pequenos ruminantes no semiárido alagoano tem sido motivo de fixação do homem a terra, promovendo paz social no campo, gerando empregos, ocupando a farta mão de obra local, além de trazer renda e bem estar ao homem do campo. Conquistas que são dão por meio da marcha de incentivo à agricultura familiar pelo Governo Federal.

O Programa Alagoas Mais Ovinos tem como objetivo fomentar o melhoramento genético do rebanho caprino e ovino de Alagoas, tanto quanto apoiar o desenvolvimento local, por meio do fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura. O projeto visa ainda à inclusão socioprodutiva das famílias mais vulneráveis em dezoito municípios alagoanos.

O programa atende 740 famílias de agricultores localizadas no alto e médio sertão alagoano. Cada família recebeu sete matrizes e um reprodutor que é utilizado de forma comunitária para cada quatro famílias, além de cinco cabras. O beneficiário deverá devolver a mesma quantidade de animais a partir de dois anos de participação no programa. Esse público é o foco principal do diagnóstico aqui apresentado.



### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o diagnóstico setorial, envolvendo a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas, foi dividida em duas etapas. Na primeira foi realizado um levantamento de dados secundários juntamente aos órgãos específicos como IBGE, Ministério da Agricultura, Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas (ADEAL), Secretária da Agricultura e Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Redes de Supermercados, e com estudos acadêmicos desenvolvidos pelas Universidades Estaduais e Federais do Estado de Alagoas.

Por meio do levantamento, buscou-se conhecer o cenário e tendências da ovinocaprinocultura no mundo, no Brasil e no Estado de Alagoas. Além disso, tal coleta de dados permitiu que informações a respeito do número total de produtores; da cadeia de produção; do fluxo de produção; mapeamento de atores; dos cadastros e dados oficiais; dos principais produtos, mercado local, áreas de produção e clipping de jornais do Estado de Alagoas fossem compiladas.

Ainda na primeira etapa, as abordagens relacionadas a estudos acadêmicos e instituições públicas de ensino e extensão foram utilizadas como fontes de informação para mapeamento do diagnóstico setorial.

Na segunda etapa foram entrevistados, por meio de questionários semiestruturados todos os agricultores participantes do Programa Alagoas Mais Ovinos, que representam 740 famílias. Tais questionários tiveram como objetivo identificar o perfil social, técnico e econômico dos agricultores, conforme (Figura 3). Finalmente, os dados foram tabulados, interpretados e contextualizados, o que possibilitou a indicação das conclusões e dos encaminhamentos.

*Figura 3 - Registro fotográfico I - entrevista com agricultores (Fonte: Antônio Tadeu N. Dórea).*



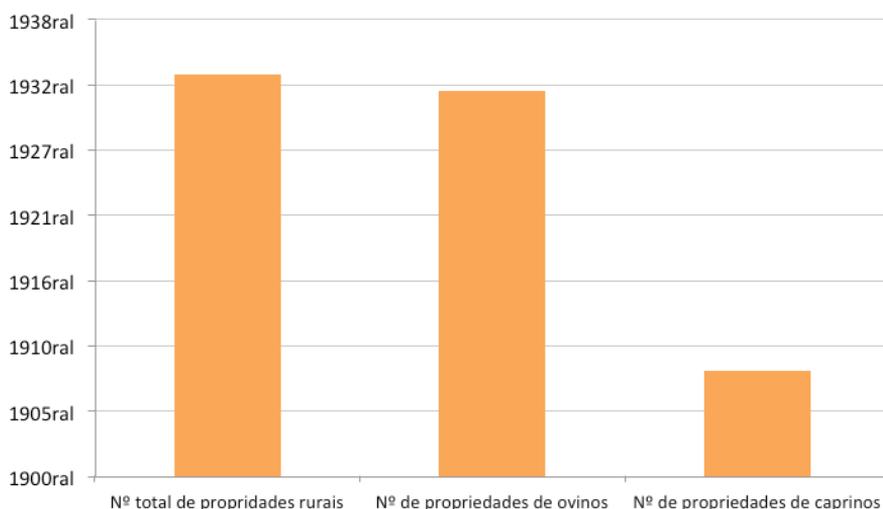
## *OVINOCAPRINOCULTURA NO ESTADO DE ALAGOAS*

### **3.1 Número de Produtores**

O número de produtores de ovinos e caprinos no estado de Alagoas foi levantado com base no que o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, apontou como total de propriedades rurais destinadas à criação de ovinos e caprinos. Portanto assumido como o número de produtores no estado.

Em 2006, o número de propriedades rurais, segundo o Censo do IBGE, era de 123.331, das quais 11.802 eram propriedades destinadas à criação de ovinos e 3.248 eram propriedades destinadas à criação de caprinos (Figura 4).

Figura 4 - Caracterização das propriedades rurais no estado de Alagoas – 2006 (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).



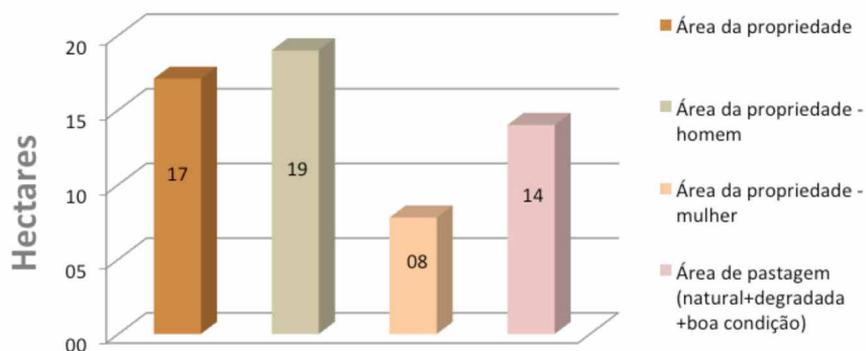
Diante desse número, pode-se inferir que o número de produtores de ovinos no estado de Alagoas seja próximo dos 11 mil, e os produtores de caprinos estão próximos dos três mil. Os números apontam que os produtores de ovinos representam 9,5% dos produtores rurais do estado, e os de caprino representam 2,6%, o que totaliza para ovinocaprinocultura 12,1% dos produtores rurais.

É importante ressaltar que o montante não é pequeno quando se pondera que as propriedades rurais do estado de Alagoas apresentam diferentes características quanto à diversificação de cultura. Encontram-se também culturas de cana-de-açúcar, laranja, feijão, milho, mandioca, café e banana, além de sistemas de criação de bovinos de corte de leite, bubalinos, mueres e asininos. Incluem-se ainda na propriedade rural terras degradadas e salinas sem uso.

Não só o número de propriedades, mas também o tamanho delas tornam-se uma informação importante. Esse fator pode, muitas vezes, ser limitante ao desenvolvimento da agropecuária, principalmente, quando a adoção de tecnologia de produção é baixa.

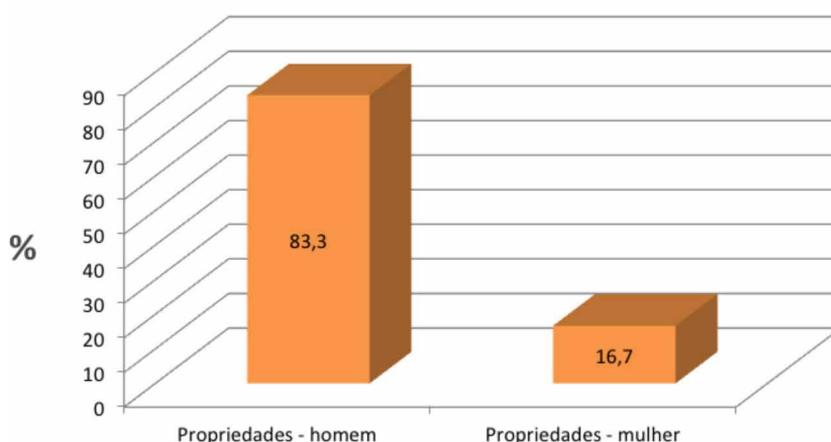
Diante dos dados publicados pelo Censo do IBGE em 2006, alguns cálculos foram processados, chegando a informações apresentadas abaixo (Figura 5).

Figura 5 - Caracterização da área das propriedades rurais no estado de Alagoas – 2006 (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).



Na figura é possível observar que a propriedade rural no estado de Alagoas tem tamanho médio de 17,1 hectares. Além disso, quando divididas quanto ao tamanho de área em função do sexo do proprietário, observou-se que as propriedades de indivíduos do sexo masculino possuíam 19 hectares, enquanto o sexo feminino detinha áreas de 7,8 hectares. Notou-se também que 83% das propriedades rurais são de indivíduos do sexo masculino, enquanto apenas 17% são do sexo feminino (Figura 6).

Figura 6 - Caracterização dos proprietários rurais no estado de Alagoas – 2006 (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).

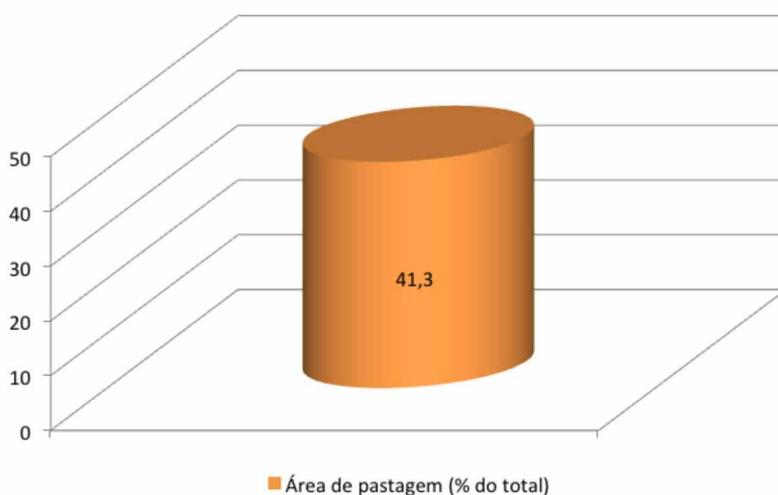


Esse fato apresenta bastante importância, quando se pensa em estratégias de desenvolvimento do sistema de produção, pois os agentes de desenvolvimento precisam estar conectados com as diferentes formas de abordagem ao produtor. Sabe-se que as mulheres reagem e conduzem uma propriedade rural de maneira diferente, quando comparadas aos homens. Portanto, identificar que a maior parte das propriedades rurais está nas mãos de indivíduos do sexo masculino pode indicar tomadas de decisões dos agentes de desenvolvimento que visem acelerar o processo de crescimento produtivo.

Quando se separou quanto da área média da propriedade rural era representada por pastagem, o valor obtido foi de 14 hectares, contabilizando pastagens degradadas, nativas e plantas com boas condições de uso. Isso demonstra que hoje não existe a necessidade de exploração de novas áreas de pastagem, pois o que já existe representa grande parte da propriedade rural, e a eficiência de exploração é o maior fator limitante.

Isso está expresso também na porcentagem que a pastagem representa nas áreas das propriedades rurais do estado que tem hoje 2.108.361 hectares de propriedades rurais, dos quais 41,3% são pastagens (considerando-se as três formas citadas anteriormente, Figura 7). Esse fato corrobora mais uma vez que a área existente é mais do que suficiente para a exploração da pecuária, e que o principal gargalo é a ineficiência do sistema de produção, conforme será visto a seguir.

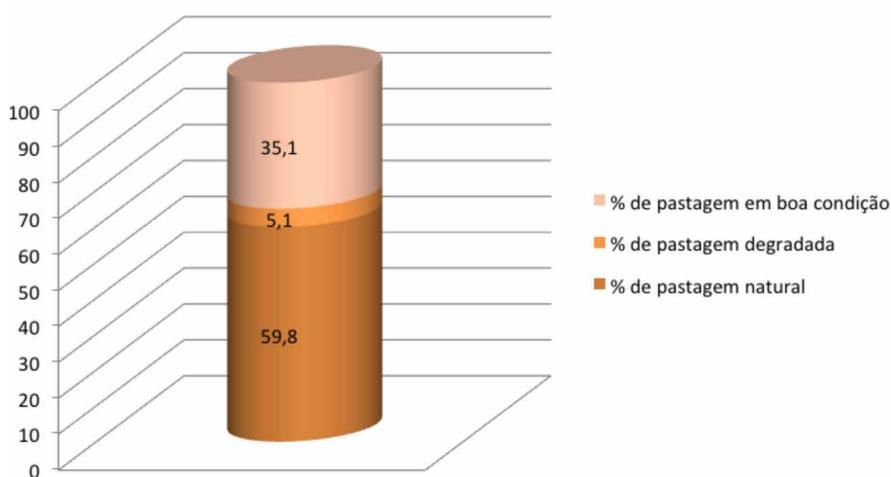
*Figura 7 - Caracterização da área cultivada nas propriedades rurais no estado de Alagoas – 2006 (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).*



Dos 41,3% de pastagem nas propriedades rurais, 59,8% é pastagem natural ou pastagem nativa que apresenta elevado valor nutricional e é trabalhada pelos centros de pesquisa localizados na região nordeste. São eles: Embrapa Semi-árido, Embrapa Caprinos e Ovinos e Universidades Federais, como a Rural de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, dentre outras.

Outro número importante é que 35% das pastagens são plantadas e apresentam boa condição de uso, e apenas 5% estão degradadas (Figura 8).

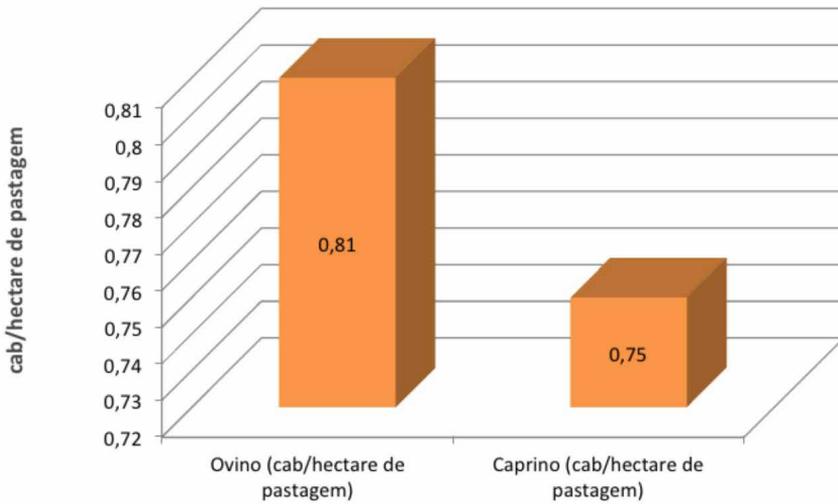
*Figura 8 - Caracterização da área cultivada de pastagem nas propriedades rurais no estado de Alagoas – 2006 (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).*



Por fim, para concluir a caracterização das propriedades rurais e a argumentação de que a eficiência do sistema produtivo é um instrumento de restrição importante, que necessita ser observado com cautela, a (Figura 9) representa quantas cabeças de ovinos e caprinos são encontrados nos hectares de área de pastagem.

Note que apenas 0,81 cabeças de ovinos são encontradas por hectare de pastagem, contra 0,75 cabeças de caprinos encontradas. Esses valores são baixos, mas podem ser duplicados em sistemas tradicionais e, em sistemas intensivos, podem chegar a patamares ainda mais elevados.

Figura 9 - Caracterização da lotação de ovinos e caprinos nas áreas cultivadas com pastagens nas propriedades rurais no estado de Alagoas – 2006 (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).



Na literatura, tem-se observado valores de sistemas tradicionais com grande parte da área com pastagem nativa (caatinga), chegando até 2,5 cab/hectare. Em sistemas nos quais se utiliza pastagem cultivada, a lotação pode chegar a valores entre 10 e 20 cabeças por hectare (ARAÚJO FILHO et al., 2010; PIMENTEL et al., 1992). Dessa forma é observada a grande capacidade de exploração do sistema de produção, analisando apenas práticas de manejo como adubação, produção eficiente de forragem, controle de índices zootécnicos, dentre outros.

### 3.2 Cadeia e fluxo de produção

A carne proveniente da ovinocaprinocultura tem consumo per capita/ano no Brasil inferior a de outros animais, conforme último levantamento elaborado pelo IBGE:

- Bovino 37,0kg
- Frango 22,0kg
- Suíno 14,0kg
- Ovino 1,5kg

### 3.2.1 Benefícios

Apesar de apresentar baixo consumo per capita, os benefícios nutricionais da carne de ovinos e caprinos são relativamente superiores, conforme (Tabela 2).

Tabela 2 - Valor nutritivo de diferentes tipos de carne (Fonte: SEUB, 1990).

TIPO	PROTEÍNAS (G)	CALORIAS (KCAL)	FERRO (G)	GORDURA (G)	COLESTEROL (G)
Ovina-cordeiro	19	163	-	9,50	-
Ovina-adulto	24	252	1,50	17,14	7,82
Caprina	25	131	3,54	2,76	0,85
Bovina	25	263	3,11	17,14	7,29
Suína	24	332	2,90	25,72	9,32
Frango sem pele	25	129	1,61	3,75	1,07

### 3.2.2 Oportunidades e potencialidades em Alagoas

#### 3.2.2.1 Beneficiamento da carne

Com a ampliação da tecnologia, foi possível desenvolver até 25 cortes, o que permite a diversificação dos produtos, embalagens e usos. Os rebanhos de ovino e caprino são altamente produtivos, gerando de seis a oito vezes mais carne por hectare/ano do que os bovinos. A produção em Alagoas é totalmente voltada para o mercado local que ainda não é autossuficiente, pois a demanda estadual é, até o presente momento, maior que sua oferta.

#### 3.2.2.2 Beneficiamento do leite e do queijo caprino

O leite e o queijo de caprinos possuem boa aceitação em todas as camadas sociais. Nas classes com poder aquisitivo mais elevado existe maior demanda pelo leite e queijos de cabra em decorrência das qualidades nutritivas e medicinais, além de se constituir em matéria-prima para a produção de queijos finos (potencial para mais de 300 tipos).

#### 3.2.2.3 Couro

As peles dos caprinos e ovinos tropicais estão entre as melhores do mundo com destaque para as da raça Moxotó. No entanto, as práticas do atual sistema de produção predominante no Nordeste (manejo inadequado e presença de parasitas) e,

principalmente, o processo de retirada da pele (esfola) após o abate e pré-processamento, ameaçam a integridade da matéria-prima, o que reduz o valor comercial.

Os curtumes do Nordeste operam com capacidade ociosa, não somente por falta de matéria-prima, mas também em função dos defeitos e da baixa qualidade apresentada pelas peles. Há, portanto, amplo e estável mercado para peles de qualidade (ver projeto Courobusiness em Alagoas).

### 3.2.2.4 Genética

A adoção de tecnologias adequadas e práticas de manejo racionais (alimentação, profilaxia, etc.), aliadas a um programa de melhoramento genético dos plantéis, possibilitam que produtor coloque no mercado, sem maiores dificuldades, a produção de leite, carne e pele, de modo a obter razoável resultado financeiro.

### 3.2.2.5 Localização potencial

Por razões climáticas, proximidade da água, tradição dos produtores e mão de obra ampla a ser envolvida, boa parte do território alagoano poderá receber projetos de criação de ovinos e caprinos. Para o beneficiamento, poderá haver a concentração em regiões centrais (Delmiro Gouveia, Atalaia, Arapiraca etc.), encarregadas de receber os animais para abatimento e preparo para os mercados consumidores.

### 3.2.2.6 Abastecimento e irrigação

Na região do baixo São Francisco estão instalados três sistemas de abastecimento de água que poderão subsidiar parcialmente as atividades. Os sistemas são apresentados a seguir:

- Adutora da bacia leiteira – atende uma população aproximada de 300 mil habitantes, distribuídos em 19 municípios, que são servidos por pouco mais de 120 km de adutoras, com vazão média de 815 l/s. Ainda se encontra em fase de ampliação, com objetivo de uso múltiplo (irrigação e abastecimento).
- Adutora do alto sertão – atende os municípios de Pariconha, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Água Branca, Olho D'água do Casado, Piranhas, Inhapi e Canapi, por meio de rede de distribuição com extensão de 128,53 km.
- Adutora de uso múltiplo – Com conclusão prevista para 2004, a captação será feita às margens do reservatório de Xingó, por uma adutora principal que

transportará até um reservatório pulmão, de onde a água será distribuída por gravidade aos pontos de atendimentos para irrigação nos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca e Olho do Casado. Cobrirá uma área irrigável de aproximadamente 1 mil ha.

### *3.2.2.7 Malha rodoviária*

Alagoas conta com malha rodoviária de 12.991 km, sendo 2.249 km pavimentados, distribuídos por 27.700 km<sup>2</sup> de área, o que permite fácil acesso à maioria dos municípios do Estado.

Na região do baixo São Francisco, os municípios com atividades de ovinocaprinocultura serão atendidos, principalmente, pela rodovia federal BR-101 e pelas estaduais AL-110, AL-115, AL-125, AL-220, AL-225 e AL-487. Cabe ainda destacar que, de acordo com o PPA 2004-2007 do governo federal, está prevista a duplicação da BR-101, contemplando o território alagoano.

### *3.2.2.8 Porto*

Terminal de contêineres, projeto que já foi iniciado, prevê a instalação de um berço com 327 metros de comprimento com calado de 14,5 m e a construção de um armazém de 8.000 m<sup>2</sup>.

O cais contará com um pátio de estocagem com 26 mil m<sup>2</sup> de área pavimentada, possibilitando ampliar a capacidade de movimentação de contêineres dos atuais 8.400 para 10 mil.

## **3.3 Gargalos para o desenvolvimento**

A atividade não consegue ampliar sua participação no mercado brasileiro e internacional de carnes em decorrência de:

1. Relativo desconhecimento por parte do consumidor em relação às qualidades e formas de preparo da carne e derivados de ovinos e caprinos
2. A produção de caprinos e ovinos na Região Nordeste é ultra-extensiva, com alimentação deficiente, manejo e profilaxia inadequados, o que resulta baixa produtividade e baixo nível de desfrute.
3. Existência de animais sem padronização, com baixo nível de carcaça e cortes inadequados.

### 3.4 Consumo de carne no estado de Alagoas

No ano de 2007, foi realizado um levantamento pela Embrapa Caprinos e Ovinos, e levando-se em consideração a compra de carne caprina e ovina por parte dos consumidores entrevistados, notou-se que 85% disseram que adquiriram o produto neste ano e 15% responderam que não. Observando os últimos cinco anos, entretanto, 87% dos entrevistados compraram essas carnes, enquanto 13% não compraram.

Analisando a preferência que cada consumidor tem em relação ao consumo de carnes em sua dieta, observou-se, como primeira opção, que 40% das pessoas consomem mais a carne bovina, 33% aves, 21% escolheram pescados, 3% ovina, 2% suína e 1% preferiu a carne caprina. de maneira, as 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª opções na (Tabela 3) demonstram seus respectivos percentuais de preferência.

Tabela 3 - Ranking de preferência de consumo de carne caprina e ovina em Alagoas (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).

Ranking de preferência de consumidores de carne na sua dieta em %							
Consumidor/ Carne	Aves	Bovina	Caprina	Ovina	Pescados	Suína	Outros
1ª opção	33	40	1	3	21	2	0
2ª opção	24	22	8	20	22	4	0
3ª opção	20	16	17	33	12	2	0
4ª opção	12	13	27	25	12	10	0
5ª opção	10	4	21	11	21	21	2
6ª opção	1	3	14	7	10	58	7
7ª opção	0	2	1	1	2	3	91

Os dados indicam que as carnes caprinas e ovinas situam-se, de maneira geral, como a terceira opção dos consumidores, superando os pescados e a carne suína. Com relação ao conhecimento sobre o valor nutritivo apresentado por esses produtos, 36% ressaltaram ter alguma ciência no assunto, enquanto que 64% demonstram o desconhecer plenamente.

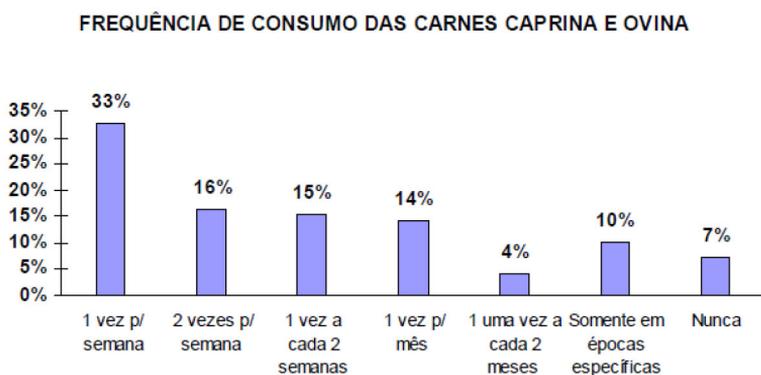
Observando-se os fatores que levam o consumidor a optar pelo consumo dessas carnes, nota-se que 26% atribuem sua escolha por acharem o tipo de carne mais saudável, 19% para variar o cardápio, 15% por gostar do sabor e 11% pelo fato das carnes apresentarem menos colesterol. Outros pontos importantes com seus respectivos valores percentuais constam na (Tabela 4).

Tabela 4 – Fatores determinantes do consumo de carne caprina e ovina na cidade de Maceió/AL (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).

Fatores que levam o consumidor a optar pelas carnes caprina e ovina	%
Mais saudável	26
Variar o cardápio	19
Mais saborosa	13
Ser mais magra	11
Melhor qualidade	10
É uma carne nutritiva	7
O sabor e o poder nutritivo	6
Mais nutritiva e saudável	3
Mais magra e saborosa	3
Menos gordura e melhor sabor	1
Mais saudável e saborosa	1
Total	100%

Considerando-se a frequência com que utilizam esses produtos, 34% das pessoas entrevistadas afirmaram que consomem as carnes caprina e ovina uma vez por semana, 16% duas vezes por semana, outros 15% uma vez a cada duas semanas, 14% uma vez por mês, 4% uma vez a cada dois meses, 10% demonstraram consumir apenas em épocas especiais, e 7% nunca consumiram (Figura 10).

Figura 10 – Frequência de consumo das carnes caprina e ovina na cidade de Maceió/AL (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).



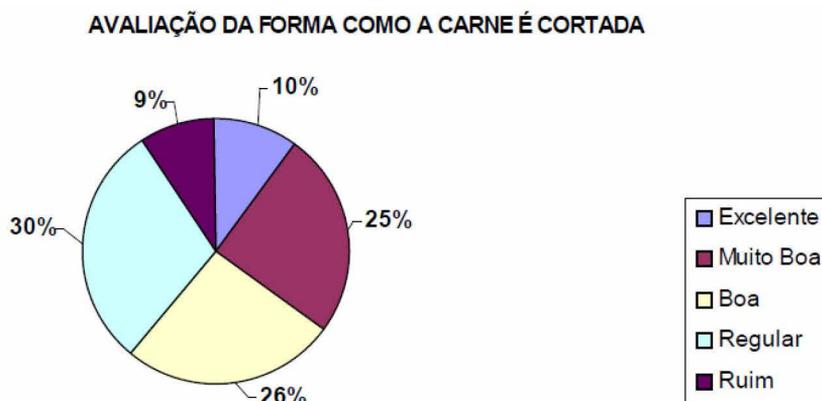
No que diz respeito ao preço médio pago pelo quilo de carne caprina e ovina no ano de 2007, verificou-se que 25% dos consumidores adquirem o quilo de carne por R\$12; 15% por R\$ 9; 10% por R\$10; enquanto 9% por R\$ 13. Todos os preços e valores percentuais podem ser vistos na (Tabela 5).

Tabela 5 - Preço médio pago pelo quilo de carne caprina e ovina na cidade de Maceió/AL (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).

Preço médio (em R\$) pago pelo quilo da carne caprina e ovina	%
12,00	25
9,00	15
10,00	10
13,00	9
9,50	8
12,50	5
11,00	5
8,00	5
7,50	4
8,50	3
7,00	3
10,50	2
11,50	2
14,00	2
15,00	2
Total	100%

Ao serem questionados como avaliam a carne caprina e ovina que consomem em relação aos cortes, 10% responderam serem excelentes, 25% muito bons, 26% bons, 30% regulares, e 9% ruins (Figura 11).

Figura 11 - Qualidade das carnes caprina e ovina em relação aos cortes na cidade de Maceió/AL (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).

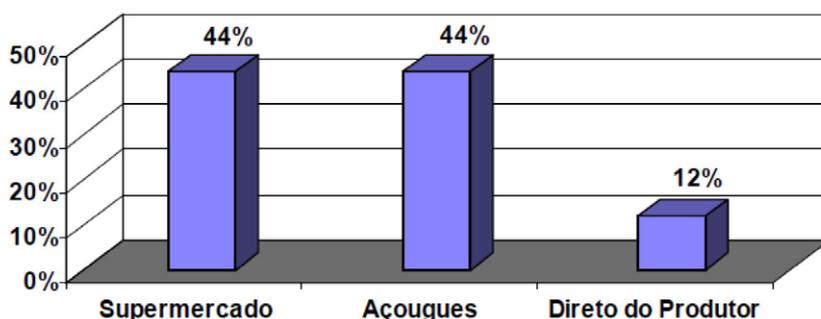


Feita a mesma indagação com referência à embalagem, percebeu-se que apenas 8% a atribuiu como sendo excelente, 20% como muito boa, 27% boa, 36% regular, e 9% ruim. Em relação à disponibilidade dos produtos, vemos que 5% disseram ser excelente, 20% muito boa, 26% boa, 34% regular, enquanto 15% ruim.

Fazendo-se referência ao preço pago pelo quilo das carnes caprina e ovina, verifica-se que 2% dos consumidores consideram-no excelente, 8% muito bom, 24% bom, 55% regular e 11% ruim. Com referência ao local onde compram preferencialmente a carne caprina e ovina, chegou-se à conclusão que 44% dos consumidores entrevistados adquiriram esse produto em supermercados, 44% em açougues, e 12% direto do produtor (Figura 12).

Figura 12 - Local onde cada consumidor compra, preferencialmente, a carne caprina e ovina na cidade de Maceió/AL (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).

**LOCAL ONDE O CONSUMIDOR PREFERE COMPRAR AS CARNES CAPRINA E OVINA**



Ao serem questionados se a disponibilidade e a qualidade das carnes caprinas e ovinas mantêm alguma influência na escolha do local onde compram, verifica-se que 90% responderam que Sim, enquanto 10% Não.

Questionando o interesse de cada em consumir mais carne caprina e ovina em sua alimentação, constatou-se que, 74% dos entrevistados responderam que Sim (teriam interesse em consumir), conquanto, 26% Não. Quando perguntados o que mais eles (os consumidores) precisariam para que isso ocorresse, verificou-se que 20% leva em consideração uma redução no preço do produto, 14% mais opções para comprar, 9% uma maior disponibilidade (Tabela 6).

Tabela 6 - Fatores determinantes para o aumento do consumo das carnes caprina e ovina na cidade de Maceió/AL (Fonte: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2007).

O que mais é necessário para o consumidor das carnes caprina e ovina	%
Preço mais baixo	20
Ter mais opção para comprar	14
Mais oferta para baixar o preço	10
Disponibilidade	9
Um orçamento maior	8
Garantir que o produto seja de qualidade	8
Que os familiares também consumam com mais frequência	6
Abundância na oferta de qualidade	5
Adaptação ao sabor	5
Oferta, preço, informações, adicionais sobre o valor do produto	4
Locais de venda mais limpos	4
Saber mais sobre a origem da carne	3
Redução de preço e melhor qualidade de carne	2
Variedades e menor preço	2
Total	100%

Como considerações finais a respeito do estudo conduzido pela EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS, observou-se que os consumidores de carnes caprina e ovina no Estado de Alagoas possuem nível de instrução de médio a elevado com curso superior completo, são bem informados e geralmente provenientes da zona urbana. Em termos de renda per capita e familiar, pertencem aos grupos de classe média e média alta.

Nota-se, portanto, que eles consomem conscientemente esse tipo de carnes por considerá-las menos prejudiciais à saúde.

### 3.5 Aspectos produtivos: limitantes

Pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) realizaram um diagnóstico da ovinocultura Alagoana, a fim de compreender fatores sociais, higiênico-sanitários e reprodutivos. O trabalho foi publicado na Revista Brasileira de Ciências Agrárias (Pinheiro Junior et al., 2010).

Com este trabalho foi possível observar os seguintes aspectos: Características gerais e sociais das propriedades de exploração ovina analisadas no Estado de Alagoas;

- Características gerais do manejo higiênico-sanitário das propriedades de exploração ovina analisadas no Estado de Alagoas;

- Características gerais do manejo reprodutivo das propriedades de exploração ovina analisadas no Estado de Alagoas.

Para maior detalhamento foi realizada a transcrição de alguns pontos do artigo, como demonstrado abaixo.

O perfil técnico e social foi elaborado a partir de dados primários levantados junto aos ovinocultores. Em relação à faixa etária, nas 26 propriedades analisadas, 23,08% (6) dos criadores situavam-se na faixa de 20 a 40 anos, e 76,92% (20) acima de 40 anos. Esse resultado pode ser explicado pela demanda de mão de obra e/ou a busca de novas oportunidades nos grandes centros por aqueles com faixa etária mais baixa, transferindo a atividade de campo para os mais idosos.

Quando questionados se participavam de algum tipo de associação, 61,54% (16) afirmaram que não, e 38,46% (10) que sim. Durante as visitas, observou-se que associações de criadores de ovinos, principalmente da raça Santa Inês, eram restritas apenas para criadores que possuíam animais de elite, limitando, dessa forma, a participação dos pequenos criadores.

Em relação à variável escolaridade, observou-se que 46,15% (12) dos criadores possuíam nível superior, 26,92% (7) o ensino médio, 11,54% (3) eram analfabetos, 7,69% (2) tinham ensino fundamental, e 3,85% (1) o grau profissionalizante. Apenas 3,85% (1) dos produtores não informou o grau de escolaridade. A criação de ovinos observada neste estudo, diferentemente da caprinocultura, em sua maioria, é direcionada à produção de animais de elevado padrão zootécnico, destinados a leilões e exposições agropecuárias, sendo assim imprescindível certo grau de instrução que favoreça o desenvolvimento de tal atividade com esses objetivos. Fator de certa maneira comprovado pelo índice de 57,69% (15) de participação em treinamentos ou cursos relacionados à

ovinocultura, e pelo tempo dedicado à atividade: 57,69% (15) dos criadores exerciam a atividade há mais de cinco anos, 38,46% (10) entre 2,1 e cinco anos, e 3,85% (1) entre um e dois anos. Tal fato reforça a necessidade de tempo de dedicação à atividade com fins zootécnicos.

Já em relação às características gerais da propriedade, observou-se que, do total de propriedades analisadas, predominaram aquelas com tamanho acima de 200 hectares (ha) com 38,46% (10), seguidas por 34,62% (9) entre 30 e 200 há, e 26,92% (7) menores que 30 ha. Os resultados discordam daqueles relatados por Couto (2001) que afirma que cerca de 50% dos rebanhos caprino e ovino no nordeste concentram-se em propriedades com menos de 30 ha, sendo que 28,9% possuem entre 31 e 200 ha e 21,1% e são criados em propriedades com mais de 200 ha.

Levando em consideração o tamanho do rebanho, observou-se que 38,46% (10) dos criadores possuíam menos de 50 cabeças de ovinos, seguidos por 34,62% (9) acima de 100 cabeças, e 26,92% (7) entre 50 e 100 cabeças. O número mínimo de animais por propriedade foi 20 e o máximo 2000, tendo uma média de 167,57 animais por propriedades. Esses resultados são mais elevados do que aqueles relatados por Pinheiro et al. (2000) no Estado do Ceará, que constataram uma média de 114 caprinos por propriedade com número de animais variando entre 11 e 1514 no referido estado.

Em 19 propriedades (73,08%) a alimentação fornecida aos animais era constituída da associação de concentrado + volumoso. Observou-se também que 100% das propriedades forneciam suplemento mineral ad libitum.

A assistência veterinária foi constatada em 17 (65,38%) dos estabelecimentos. Entretanto, a presença do veterinário era esporádica ou apenas quando surgiam casos de animais doentes. O acompanhamento técnico constante e disponível aos diferentes estratos de produtores é uma ferramenta de suma importância, pois sem ela, mesmo que haja crédito barato e de fácil acesso, o retorno não será o esperado (Simplício & Simplício, 2006).

Quanto aos resultados referentes ao manejo higiênico-sanitário, inicialmente, nota-se que a vermifugação foi constatada em 100% das propriedades visitadas. Foi realizada da seguinte forma: 80,77% (21) controle estratégico; 7,69% (2) curativo; 7,69% (2) supressivo e um (3,85%) tático. O esquema de vermifugação recomendado pela Embrapa/Caprinos é o estratégico, que é utilizado para controlar todos os estágios de endoparasitas (helmintos e protozoários), seguindo rigorosamente as normas de pré e pós-vermifugação, minimizando dessa forma a reinfecção dos animais e das pastagens (Costa & Vieira, 1984). Destaca-se, também, que a vacinação para clostridioses, raiva e leptospirose era uma prática adotada em 65,38% (17) das criações de ovinos e a principal vacina aplicada pelos produtores era contra as clostridioses com 30,77% (8).

Apesar do caráter pontual do estudo e o fato das propriedades terem sido visitadas uma única vez, um maior detalhamento sobre a ocorrência de doenças foi dificultado. Apesar disso, constatou-se que 96,15% das propriedades apresentavam animais com sinais clínicos da linfadenite caseosa, 38,46% com casos crônicos de mastite, e 3,84% com pododermatite. O planejamento sanitário por meio do uso de manejo adequado, com a aplicação de medidas profiláticas e de práticas sanitárias, diminui o risco de introdução e disseminação de doenças que chegam a inviabilizar a criação, seja pelo fator econômico ou por problemas de Saúde Pública.

No que diz respeito aos resultados do manejo reprodutivo nas propriedades visitadas, a monta natural é a principal técnica reprodutiva utilizada em 96,15% (25) das propriedades, enquanto a inseminação artificial é utilizada em apenas 3,85% (1). Entretanto, a monta natural encontra-se associada com outras biotécnicas como a inseminação artificial, transferência de embriões e monta controlada em 16% (4) das criações. As partições ocorrem durante todo o ano em 92,31% (24) dos rebanhos, sendo programadas para um determinado período.

Dentre as causas de mortalidade perinatal que atuam individualmente ou relacionadas entre si incluem-se: abortos decorrentes de agentes infecciosos, estresse severo ou deficiência nutricional, distocias, malformações, infecções neonatais, condições ambientais adversas e diversos fatores maternos como raça, nutrição, comportamento materno e produção de leite (Ribeiro, 1997; Maia & Costa, 1998). Nesse estudo, evidenciou-se a presença de distúrbios reprodutivos em 69,23% (18) das propriedades. Dentre esses, destaca-se a ocorrência de abortos em 94,44% (17), dos quais 50% ocorriam de forma isolada e os demais associados com outros problemas reprodutivos (repetição de cio, natimorto, mumificação fetal e retenção de placenta). O período de gestação em que houve uma maior concentração de casos foi no terço final, correspondendo a 52,94% (9).

O planejamento, portanto, possibilita ao criador de pequenos ruminantes a redução dos riscos na produção da fazenda, garantindo também um produto seguro ao consumidor no ponto final da cadeia produtiva (Pinheiro & Alves, 2004).

Contudo, é importante ressaltar que o estudo transcrito acima utilizou uma amostra restrita de propriedades rurais e torna-se essencial o aumento dessas avaliações, seja exclusivamente por incentivo público ou em parcerias entre a administração pública e a iniciativa privada. As identificações e mapeamentos em gargalos e falhas no sistema produtivo são as demandas primárias para o início do planejamento de desenvolvimento do setor produtivo com uso racional de recursos humanos e financeiros, seguidas por ações estratégicas entre os agentes promotores do processo de desenvolvimento.

### 3.6 Estudos acadêmicos

Os estudos acadêmicos que têm como tema central a ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas ainda são muito incipientes no que diz respeito à publicação das informações por vias consideradas confiáveis.

Ao consultar o perfil das duas maiores universidades presentes no Estado de Alagoas, observou-se que a Universidade Estadual de Alagoas- UNEAL e a Universidade Federal de Alagoas - UFAL apresentam curso de graduação em Ciências Agrárias, com Agronomia e Zootecnia, o que deve gerar por ano quantidades significativas de trabalhos de conclusão de curso (TCC) nas áreas de ovinocaprinocultura. No entanto, as publicações normalmente são monografias e apresentam pouca significância no que tange o desenvolvimento de tecnologias e pesquisas para desenvolvimento do setor. Além disso, são pouco confiáveis, pois poucos crivos são aplicados em correções e contestações dos dados, visto que o TCC é um pré-requisito para obtenção do título, e, portanto, não se torna uma “publicação” propriamente dita.

As universidades juntamente com os órgãos de pesquisa do governo são os principais responsáveis pelo desenvolvimento científico do país. Porém, para as universidades possuírem potencial significativo de desenvolver pesquisas são necessários cursos de pós-graduação com programas de mestrado e doutorado, contando com recursos financeiros das agências financiadoras, bem como com recursos humanos para capacitação e desenvolvimento das pesquisas.

A UNEAL não possui curso de mestrado, nem doutorado, na área de produção animal. Conta apenas com um programa de pós-graduação *latu sensu*, que não contribui de forma significativa com o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, tendo foco apenas na formação de recursos humanos.

A UFAL apresenta cursos de pós-graduação, com programas apenas de mestrado, e, portanto algumas publicações de dissertações de mestrado puderam ser levantadas no site da Universidade. Ainda sim, apenas duas dissertações podem ser encontradas no site de busca da UFAL. As publicações são as seguintes:

- Estruturas de covariância residuais para análise de medidas repetidas do peso de ovinos deslanados castrados e inteiros
- Desenvolvimento local na microrregião de Irecê - Bahia, município de Jussara: do feijão a ovinocaprinocultura

Esses fatores refletem na publicação de trabalhos com desenvolvimento do setor em periódicos nacionais e internacionais, e por isso muitas realidades da região não possuem soluções testadas, resultado do desenvolvimento de pesquisa, que muitas vezes ocasionam tecnologias locais, como: o sistema gliricídia-buffel-leucena, desenvolvido

pela Embrapa Semi-Árido em Petrolina-PE; utilização de resíduos agroindustriais para alimentação de ovinos, desenvolvido pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA; entre outros.

Os reflexos citados acima podem ser notados quando se realiza uma pesquisa no Scielo (Scientific Library Electronic Online), a maior biblioteca online do mundo, em que todos os periódicos científicos de importância no Brasil estão indexados. Nessa pesquisa, apenas três artigos com ovinos, desenvolvido em Alagoas foram encontrados:

- Prevalence and risk factors associated to infection by *Toxoplasma gondii* in ovine in the State of Alagoas, Brazil (Publicado: Parasitology Research Volume 105, Number 3 (2009), 709-715, DOI: 10.1007/s00436-009-1472-3);
- Desempenho de cordeiros cruzados em Alagoas, Brasil / Performance of the crossbreed lambs in Alagoas, Brasil (Publicado: Archivos de Zootecnia, v.58 (221): p.145-148, ND. 2009 Mar)
- Serological survey of *Anaplasma* sp. in sheep from State of Alagoas, Brazil (Publicado: Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal, v.10, n.3, p 708-713 jul/set, 2009)

Em alguns casos, outros trabalhos podem ser encontrados com ovinocaprinocultura no estado de Alagoas, porém sem nenhuma validade científica, uma vez que não foram publicados em periódicos que validassem os critérios utilizados nas notas, comentários, folders, revisões, etc.

Aqui com exceção podemos citar apenas a tese de doutorado intitulada EPIDEMIOLOGIA DAS INFECÇÕES POR *Brucella abortus*, *Brucella ovis*, *Chlamydophila abortus* e *Toxoplasma gondii* EM REBANHOS OVINOS NO ESTADO DE ALAGOAS, do autor José Wilton Pinheiro Junior, defendida na Universidade Federal de Pernambuco.

Diante das circunstâncias é imprescindível o apoio dos órgãos do governo, bem como das agências que fomentam e financiam pesquisa para estímulo do desenvolvimento científico nas Universidades, bem como a formação de profissionais qualificados com titulação de mestrado e doutorado, para que o setor ganhe força e estrutura para aumento da eficiência dos sistemas do ponto de vista produtivo e comercial.

Alguns relatos de publicações nas áreas de ovinocaprinocultura podem ser visualizados abaixo:

- Produção científica do apl ovino:
- 2 Monografias: específicas do APL ovinocaprino para UNIFOR (Universidade de Fortaleza), servindo de pós-graduação para o curso de especialização em

Gestão de Arranjos Produtivos Locais;

- 1 Tesede doutorado UFAL;
- 5 Trabalhos de Conclusão de Curso Ufal/Cesmac;
- 11 Estágios/Bolsas - Bitec/Ufal/Uneal/Cesmac;
- 2 Trabalhos de pesquisa Uneal/Cafisa;
- 3 Trabalhos de pesquisas Uneal/APL ovino 5º Sincorte 2011.
- 1 Trabalho de TCC – Zootecnia - Uneal

### 3.7 Instituições públicas

As principais instituições públicas do Estado de Alagoas, relacionadas de alguma forma à ovinocaprinocultura são:

- Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL,
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL,
- Instituto Federal de Alagoas - IFAL,
- Centro de Ensino Superior de Maceió - CESMAC.
- SEBRAE
- Secretaria Estadual de Agricultura
- Banco do Nordeste
- Banco do Brasil
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Alagoas
- Instituto Federal de Alagoas
- COOFADEL – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia

O sistema cooperativista é um empreendimento sócioeconômico poderoso contra a exclusão social. De fato, ele é uma solução potencial frente ao desemprego, seja de agricultores rurais, artesões ou de qualquer pessoa que se una a outras para obter maiores benefícios e esteja buscando entrar novamente no mercado. Hoje, a atuação do sistema cooperativista pode ser verificada em vários setores da economia, como por

exemplo, cooperativas de consumo, agropecuária, crédito, produção, trabalho educacional e de habitação. Segundo Crúzio (2005, p.79), uma cooperativa, além de crescer pelos meios econômicos, pode também se expandir verticalmente e horizontalmente. Quando se fala em expandir verticalmente, quer dizer que as operações e as atividades de uma cooperativa atuam em outra atividade/operação que não seja dependente da atividade principal. Por exemplo: uma cooperativa de sapateiros que, além de produzir sapatos, também poderá produzir cintos, bolsas, etc. A vantagem é que se pode utilizar a mesma matéria-prima, o maquinário e a mesma mão-de-obra, sem custos adicionais.

Hoje o estado de Alagoas conta com quatro cooperativas ligadas ao setor rural, com mais de 300 cooperados. As cooperativas do estado são CAFISA (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Sertão de Alagoas), COPASIL (Cooperativa de Consumo e Produção dos Criadores de Pequenos Animais de Santana do Ipanema), COFADEL (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia) e COOTA (Cooperativa dos Agricultores Familiares de São José da Tapera). Ver (Tabela 7).

*Tabela 7 - Cooperativas existentes no APL da ovinocaprinocultura do sertão Alagoano (Fonte: SILVA, 2009).*

COOPERATIVAS	Nº SÓCIO	PRODUTOS
CAFISA (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Sertão de Alagoas).	160	Leite pasteurizado, iogurte e licor de cabra.
COPASIL (Cooperativa de Consumo e Produção dos Criadores de Pequenos Animais de Santana do Ipanema)	38	Leite de cabra, comercialização e melhoramento genético, mel de abelha.
COFADEL (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia)	90	Carne de ovinos e caprinos – cortes especiais e embutidos.
COOTA (Cooperativa dos Agricultores Familiares de São José da Tapera)	Não encontrado	Não encontrado dados da produção.

Os produtos das cooperativas englobam: leite pasteurizado, iogurte, licor de cabra, mel de abelha e cortes especiais de carnes de caprinos e ovinos.

### 3.8 Área de produção

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu o território do Estado de Alagoas em três áreas chamadas mesorregiões: Sertão Alagoano, Agreste Alagoano e Leste Alagoano. Essas três mesorregiões compreendem outras onze regiões menores

chamadas microrregiões. A microrregião é uma área formada por municípios que apresentam semelhanças no tipo de solo, clima, vegetação, rios e recursos econômicos.

A mesorregião do Sertão Alagoano agrupa quatro microrregiões. Sua principal cidade é Santana do Ipanema, depois Batalha, Mata Grande e Delmiro Gouveia. Nessa área, as chuvas são escassas e mal distribuídas. A atividade econômica mais importante é a pecuária, principalmente a criação de gado para a produção de leite. Os principais municípios produtores são Major Isidoro, Jacaré dos Homens e Batalha.

Para elaborar o diagnóstico, a mesorregião do Sertão Alagoano foi dividida em três partes: alto, médio e baixo sertão. A porção na extrema direita do Sertão Alagoano, que pode ser vista na (Figura 13) abaixo, constitui o alto sertão. A porção central é denominada médio sertão, e a porção na extrema esquerda do Sertão Alagoano, é chamada de baixo sertão. Em alguns casos será denominada Bacia Leiteira Alagoana.

Figura 13 - Mesorregiões, microrregiões e municípios do estado de Alagoas (Fonte: IBGE).



Na (Tabela 08) está demonstrada a distribuição de caprinos e ovinos na região do alto e médio sertão Alagoano, área de atuação do Programa Alagoas Mais Ovinos. O Censo Agropecuário do IBGE (2006) indica um efetivo de rebanho ovino de 132.431 cabeças no Estado de Alagoas. O programa atua em 18 municípios com 71.629 cabeças de ovinos, ou seja, 54% em relação ao rebanho de todo o Estado de Alagoas.

Com relação a caprinos, o Estado de Alagoas possui, segundo o IBGE (2006), um efetivo de rebanho de 33.744 cabeças. Desse total, 64,43% ou 21.742 cabeças estão localizadas na área de atuação do programa.

Tabela 8 – Efetivo de rebanho ovino e caprino no estado de Alagoas (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006).

Local	População de Ovinos	População de Caprinos
ESTADO AL	132.431	33.744
Piranhas	4.099	889
Olhos D'água do Casado	2.431	315
Canapi	6.693	877
Delmiro Gouveia	5.808	3.609
Água Branca	4.226	4.168
Mata Grande	9.119	4.858
Pariconha	3.706	2.221
Olho D'água das Flores	1.166	142
Jaramataia	536	96
Senador Rui Palmeira	4.943	322
São José da Tapera	7.758	967
Olivença	1.152	75
Santana do Ipanema	4.394	962
Canapi	6.963	877
Ouro Branco	3.393	857
Palestina	660	4
Pão de Açúcar	4.582	503
<b>TOTAL DO EFETIVO</b>	<b>71.629 (54%)</b>	<b>21.742 (64,43%)</b>

### 3.9 Principais clippings de jornais do estado de Alagoas

O potencial da ovinocaprinocultura do Estado de Alagoas tem merecido destaque pelo programa de governo Alagoas Mais Ovinos, que apoia a assistência técnica e o controle de todos os produtores de ovinos e caprinos com intuito de mapear e nortear os produtores para aumento da eficiência do sistema de produção, treinamento e capacitação técnica. Além disso, o objetivo é fortalecer a cadeia produtiva com o aumento das produtividades e melhorias dos índices zootécnicos, como também melhoria de condição de vida ao produtor rural com sucesso de seu próprio negócio. O fato pode ser visto nos três clippings abaixo, dentre muitos encontrados, publicados no site do governo do Estado de Alagoas, no site da EMBRAPA, e em um site de notícias do agronegócio, denominado Portal do Campo.

O clipping publicado no site do governo do Estado de Alagoas tem como título: AGRICULTURA: Agência espanhola reforça parceria com governo do estado na área de agricultura. O clipping publicado no site Portal do Campo possui o seguinte título: Ovinocultura ganha reforço nas Alagoas por fim, o título do clipping publicado no site da EMBRAPA apresenta a seguinte chamada: Programa Alagoas Mais Ovinos registra mais 65% de crescimento do rebanho.

Os textos foram publicados em 2012, o que mostra o atual crescimento do setor tanto na captação de recursos e adição de parceiros, quanto no controle da cadeia produtiva com intuito de dirigir novos rumos para a atividade, (Figuras 14, 15 e 16).

*Figura 14 - Clipping publicado no site do governo do estado de Alagoas (Fonte: <http://www.agricultura.al.gov.br/cedafra/comunicacao/noticias/2012/02/seagri-firma-convenio-com-agencia-espanhola-para-fortalecer-cadeias-produtivas/?searchterm=Agencia+Espanhola>).*



The image shows a screenshot of the website for CEDAFRA (Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária) in Alagoas. The page has a blue header with the CEDAFRA logo and name. Below the header is a navigation menu with links for 'mapa do site', 'acessibilidade', 'contato', 'expresso alagoas', 'integra', and 'acessar'. The main content area is divided into three columns. The left column contains a 'Navegação' menu with links to 'Página Inicial', 'Institucional', 'Conselheiros', 'Atas', 'Reuniões', 'Resoluções', 'Documentos', 'Notícias', 'Galeria de Imagens', 'Câmaras Técnicas', and 'Fale conosco'. The middle column displays a news article titled 'AGRICULTURA: Agência Espanhola reforça parceria com o Governo do Estado na área da agricultura', dated 16/05/2012. The article text mentions a meeting between the coordinator of the Spanish Agency for International Cooperation for Development (Aecid) and the Secretary of State for Agriculture and Rural Development, Jorge Dantas, regarding support for the 'Alagoas Mais Ovinos' and 'Alagoas Mais Leite' programs. The right column features a search bar, the SIATER logo (Sistema Descentralizado de ATER Pública), and the Conab logo. The footer of the page shows the date 'Maio 2012'.

Figura 15 - Clipping publicado no portal Dia de Campo (Fonte: [http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=23591&secao=Pacotes Tecnol\u00f3gicos&c2=Ovinos](http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=23591&secao=Pacotes%20Tecnol%C3%B3gicos&c2=Ovinos)).



Figura 16 - Clipping publicado no portal ANCO, Embrapa (Fonte: <http://anco.cnpc.embrapa.br/>).



Em anexo, diversas fontes contendo as principais not\u00edcias sobre Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura, veiculada no Estado de Alagoas entre os anos de 2010 a 2012.

### 3.10 Ficha cadastral

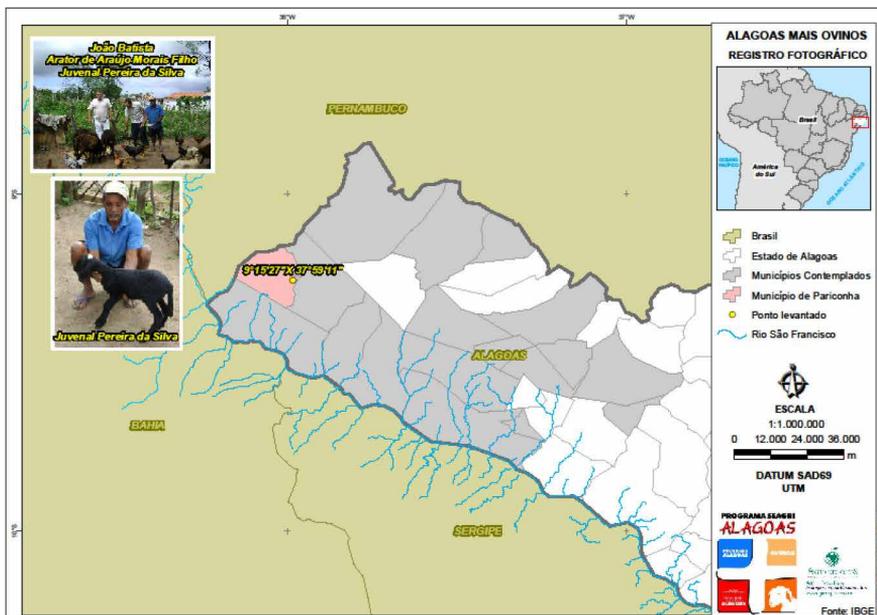
Foi elaborada uma ficha cadastral de todos os agricultores beneficiados pelo Alagoas Mais Ovino. Nela constam os seguintes dados: nome completo, idade, telefone, coordenadas geogr\u00e1ficas, munic\u00edpio, tamanho da propriedade, condi\u00e7\u00e3o de posse, entre outras vari\u00e1veis (Figura 17).

Figura 17 - Modelo de ficha cadastral (Fonte: <http://www.geneseiad.com/seagri/>).



Os dados da ficha cadastral são lançados em um software desenvolvido para armazenar e agrupar os dados de forma que possibilite localizar o produtor por meio coordenadas geográficas. Isso agiliza a busca por cadastros, não só para o Alagoas Mais Ovinos, mas também para aplicação em outros programas do Estado de Alagoas.

Figura 18 - Georreferenciamento do local da propriedade (Fonte: Agronegócios Projetos & Consultoria, 2011).





## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões dos tópicos listados abaixo se referem ao resultado das entrevistas realizadas com os 740 agricultores participantes do Programa Alagoas Mais Ovinos. O questionário abordou questões quantitativas e qualitativas e buscou identificar o perfil do público assistido pelo referido programa.

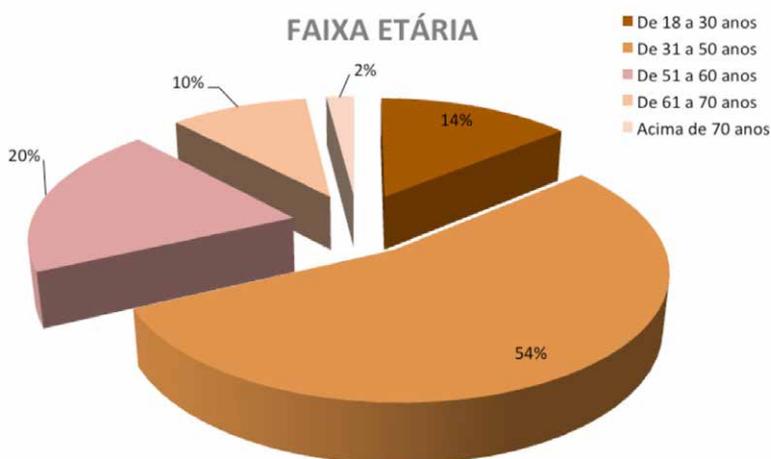
### 4.1 Perfil do produtor

#### 4.1.1 Faixa etária

Para a agricultura familiar, a juventude rural apresenta especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados. Além disso, tais papéis são essencialmente diferentes dos que incidem sobre jovens pertencentes a outros contextos socioeconômicos, uma vez que são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar. Por isso, a transferência de jovens para as cidades, mais do que parte do movimento demográfico geral do processo de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, tem sido vista como um problema, na medida em que não só contribui para o esvaziamento do campo, mas também pressagia o fim do mundo rural (FERREIRA, 2009). Nesse contexto, a pesquisa indica a necessidade

e importância de criação de políticas públicas que possibilitem a reprodução social para agricultura familiar. Observou-se que 14% dos agricultores possuem de 18 a 30 anos de idade, e 54% de 31 a 50 anos. É portanto uma excelente oportunidade de dar continuidade ao programa e, até mesmo, ampliá-lo para outros municípios ainda não trabalhados, possibilitando assim a fixação do homem no campo, (Figura 19).

Figura 19 - Faixa etária dos agricultores (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

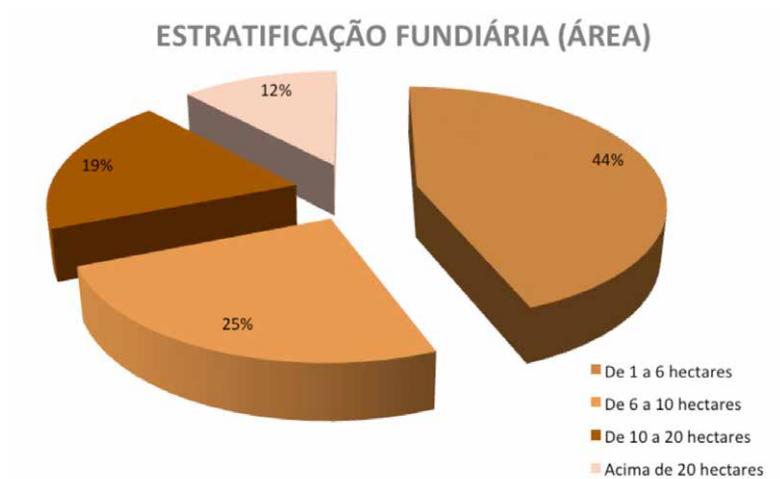


### *Estratificação fundiária*

Para os que vivem no campo, as oportunidades de trabalho e construção de autonomia são mais difíceis, pois são inseridos em padrões culturais que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola, em estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de família. Nesse sentido é bastante preocupante o tamanho na terra dos agricultores participantes do Programa Alagoas Mais Ovinos: 44% dos participantes são proprietários de 1 a 6 hectares, (Figura 20) sendo que 69% estão produzindo numa faixa de 1 a 10 hectares.

A distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil. Dos agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que cinco hectares, tamanho que na maior parte do país dificulta ou inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários (BUAINAIM, 2003, p. 312-347).

Figura 20 - Estratificação fundiária (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



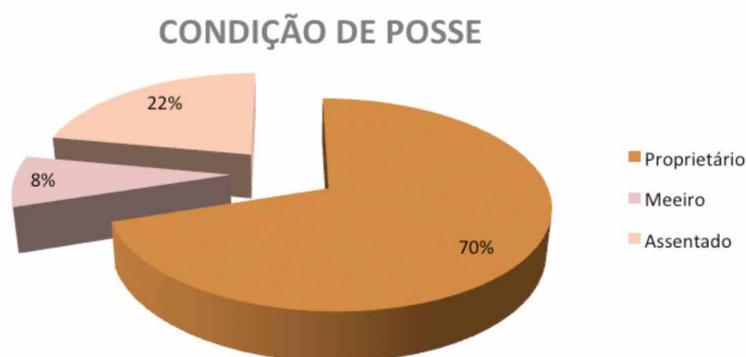
Dessa forma, a transmissão da propriedade e sua continuidade, que passa pelos critérios de sucessão/herança, constituem fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos jovens das lides agrícolas. Para tentar reduzir o efeito negativo da estratificação fundiária, poderão ser adotados diversos programas disponibilizados pelas políticas públicas de iniciativa do governo federal para jovens rurais como:

- Programa Nossa Primeira Terra: linha de financiamento – parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – para a aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica;
- PRONAF Jovem: linha de financiamento do PRONAF destinada aos filhos dos agricultores familiares;
- Pro Jovem Campo: tem como objetivo fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, a elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, a qualificação e a formação profissional.

### 4.1.2 Condição de posse

Já a condição da posse da terra aponta que 70% dos produtores são proprietários de seus estabelecimentos agrícolas; 22% são assentados e, portanto, também proprietários (Figura 21).

Figura 21 - Condição de posse (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



Segundo o IBGE (2006), o censo da agricultura familiar indicou que, entre os 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores eram proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos familiares e 87,7% de sua área. Outros 170 mil produtores se declararam na condição de “assentado sem titulação definitiva”. Entretanto, 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja como arrendatários (196 mil), parceiros (126 mil) ou ocupantes (368 mil). Os estabelecimentos menos extensos eram os de parceiros, que contabilizaram uma área média de 5,59 ha.

## 4.2 Caracterização sócio-econômica

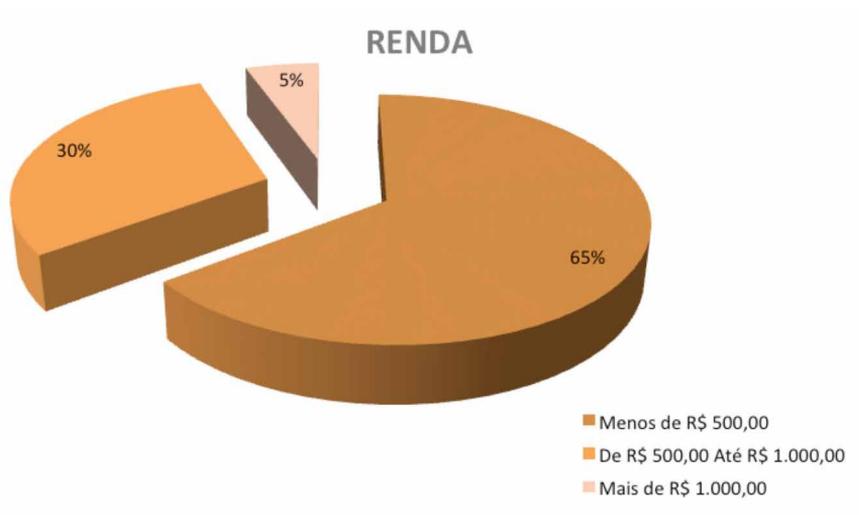
### 4.2.1 Renda

No Brasil, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Quando considerado o valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões. A participação dos familiares na renda total agropecuária (RT) é maior do que o

Valor Bruto da Produção (VBP), o que pode ser explicado pelo fato de o VBP desprezar os gastos de produção incorridos pelos agricultores. Esse conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais do que os patronais (IBGE, 2006).

A renda obtida com a exploração agrícola e não agrícola dos agricultores familiares estudados (Figura 22) aponta que 65% dos agricultores possuem renda familiar abaixo de R\$ 500 por mês, o que sinaliza que o Programa Alagoas Mais Ovinos está atuando com um público carente e busca como objetivo a redução de pobreza.

Figura 22 - Estratificação da renda dos agricultores (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

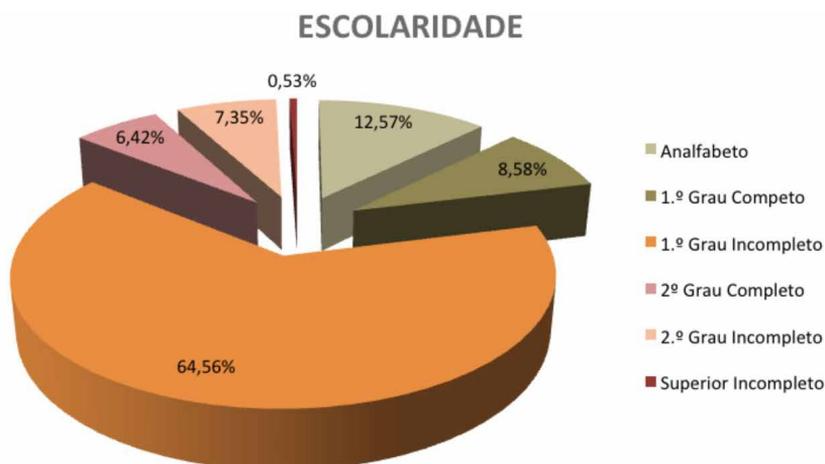


#### 4.2.2 Escolaridade

Em geral, o baixo nível de escolaridade da grande maioria dos agricultores familiares representa uma limitação tanto para o aumento da produtividade do trabalho, como para o crescimento da renda, contribuindo para a permanência de graves problemas relacionados à pobreza rural. A enorme diferença de escolaridade entre os ocupados no setor primário e os ocupados nos setores secundários e terciários é, em grande parte, resultado da menor oportunidade educacional dos agricultores (HOFFMANN, 2004, p. 12). A comunidade estudada é composta por agricultores com algum nível educacional: 65% deles possuem o primeiro grau completo e 13% são analfabetos. Essa informação

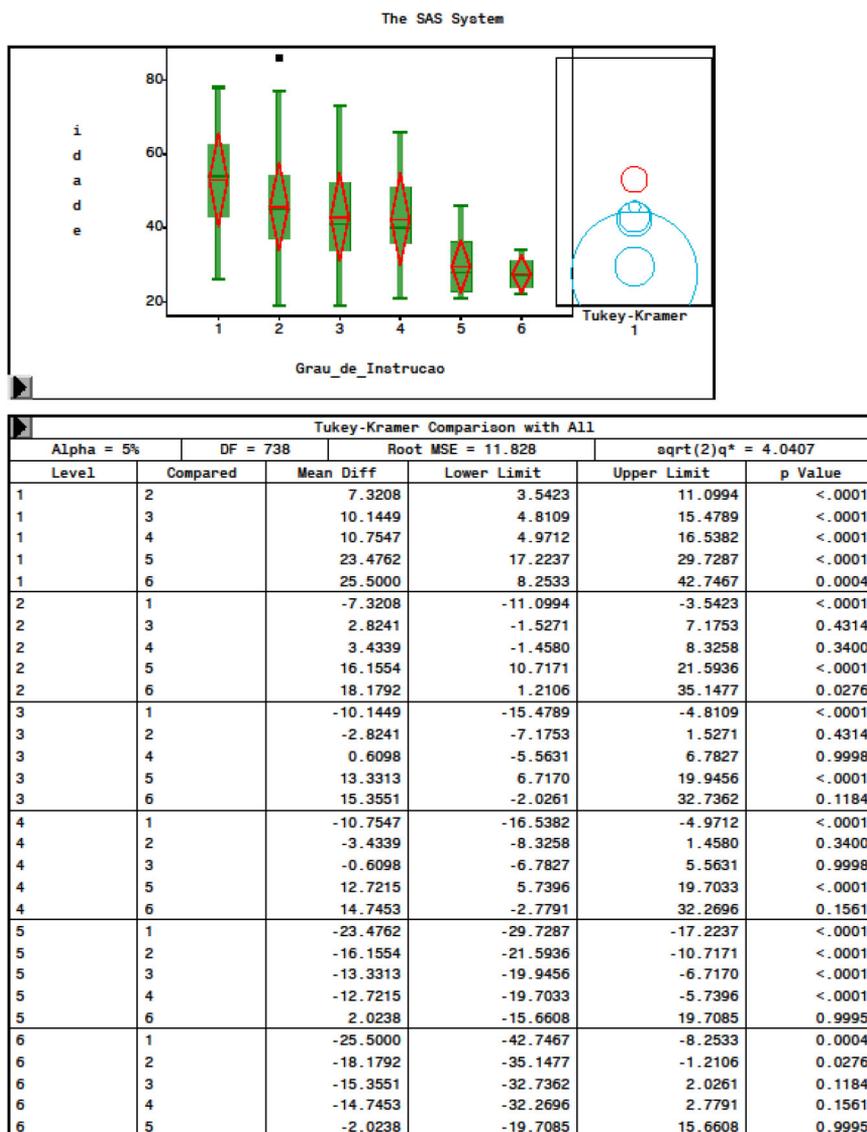
direciona as formas de abordagem que deverão ser adotadas para alcançar os objetivos das políticas públicas por meio de seus programas setoriais (Figura 23).

Figura 23 - Nível de escolaridade dos agricultores (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



Quando relacionamos idade com grau de instrução dos agricultores, a pesquisa indica que quanto menor idade, maior é seu grau de instrução o que comprova a importância dos jovens na agricultura familiar como vetor para reprodução econômica e social de suas comunidades.

Figura 24 - Teste de significância estatística idade x grau de instrução.



### 4.2.3 Infraestrutura

O acesso à energia elétrica interfere na vida do homem do campo, tanto no aspecto de eficiência microeconômica quanto nos termos de sua integração social. As barreiras para universalização do atendimento ao meio rural são particularidades inerentes a esse mercado, considerando principalmente sua dispersão espacial, que induz a elevados custos iniciais de atendimento, e seu padrão de baixo consumo de energia per capita,

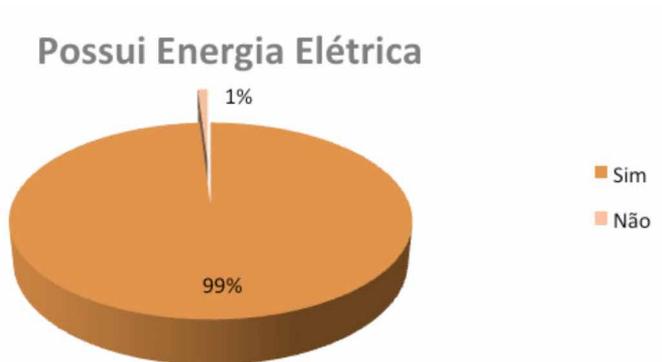
aumentando assim o tempo necessário para a recuperação do capital investido. GUS-  
MÃO, 2002. Abaixo, segue registro fotográfico de um agricultor que utiliza energia elétrica  
 para funcionar um triturador para produção de silagem (Figura 25).

*Figura 25 - Registro fotográfico II – silagem (uso de triturador elétrico) (Fonte: Antonio Tadeu N. Dórea).*



Dos agricultores entrevistados, 99% deles dispõem de energia elétrica instalada  
 em sua propriedade, sinalizando que o Programa de Eletrificação Rural Luz no Campo  
 trouxe de fato uma melhoria na qualidade de vida, bem como possibilitou a adoção de  
 tecnologias agrícolas mais adequadas, permitindo assim o uso de equipamentos como  
 moinhos, trituradores, etc. (Figura 26).

*Figura 26 - Acesso à energia elétrica (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Capri-  
nos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).*



O acesso limitado aos recursos naturais exerce impactos desproporcionais na vida dos indivíduos, incidindo com maior intensidade no cotidiano dos mais pobres, sobretudo dos que habitam a zona rural. Tal fato intensifica, por conseguinte, o ciclo de pobreza no qual estão inseridos, já que eles são dependentes, em maior grau, dos sistemas naturais para sua subsistência.

A pesquisa aponta que 49% dos agricultores não possuem água encanada em suas residências. E com relação ao tratamento da água e ao saneamento básico não foram encontradas propriedades ou comunidades que dispusesse do serviço. Essa informação pode ser de grande importância para implementação de políticas públicas estaduais e federais, uma vez que o Programa Água para Todos está disponível para ser acessado e disponibilizado para esse público.

#### 4.2.4 Mão de obra

Dos agricultores entrevistados 58% afirmaram que a mão de obra de sua atividade é composta por dois membros da família, sendo 25% é composta por três. Portanto, a grande maioria emprega de dois a três membros da família (Figura 27).

Figura 27 - Participação da mão de obra familiar (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



No Brasil, apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) do total. Mesmo cultivando uma região menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Do número de pessoas ocupadas na agricultura, 12,3 milhões de trabalhadores do campo estão em estabelecimentos de agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Isso

quer dizer que, cada dez ocupados no campo, sete estão nessa atividade que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares. (IBGE, Censo Agropecuário, 2006). A Figura 28, abaixo, apresenta o registro fotográfico de uma agricultora na lida diária.

*Figura 28 - Registro fotográfico III – Mão de obra familiar (Fonte: Antônio Tadeu N. Dórea).*



#### 4.2.5 Atividades econômicas desenvolvidas

A agricultura familiar é responsável pelos produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais e chega a ser responsável por 60% da produção.

A ovinocaprinocultura é uma atividade econômica explorada em todos os continentes, estando presente em áreas sob as mais diversas características climáticas, edáficas e botânicas. No Brasil, a atividade é explorada em todas as regiões com predominância na região Nordeste, onde há um clima favorável. Os agricultores estudados exploram além da ovinocaprinocultura, lavouras de milho, mandioca, feijão e algumas hortaliças. No registro fotográfico apresentado na (Figura 29) abaixo, exhibe-se a lavoura de milho pertencente a um agricultor beneficiário.

Figura 29 - Registro fotográfico IV - Lavoura de milho em propriedade de agricultor beneficiário (Fonte: Antonio Tadeu N. Dórea).



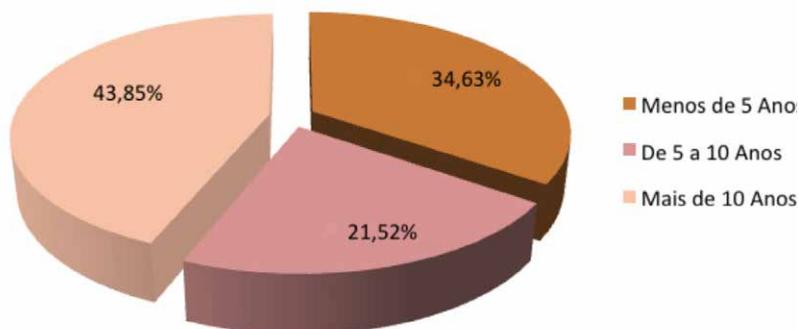
## 4.3 Tecnologias

### 4.3.1 Experiência na atividade

Os agricultores participantes do programa apresentaram períodos distintos de experiência em suas atividades. Deles, 35% têm menos de cinco anos na atividade, o que comprova a necessidade de uma atuação mais presente e contínua da assistência técnica e extensão rural. De fato, muitos dos produtores iniciaram suas atividades com a oportunidade concedida pelo Programa Alagoas Mais Ovinos. Os agricultores que apresentaram um maior tempo na atividade representam 44% e afirmaram possuir mais de dez anos explorando a atividade da ovinocultura, e 21% disseram que possuem entre cinco e dez anos na atividade.

Figura 30 - Anos de experiência na atividade (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

### ANOS DE EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE



Os agricultores pesquisados em sua grande maioria já participaram de curso de capacitação, principalmente sobre sanidade de rebanho, manejo sanitário das instalações e vermifugação. No entanto, preocupa o fato de 18% dos entrevistados não participarem de cursos, o que chama a atenção da necessidade de uma melhor divulgação e novas estratégias de sensibilização para alcançar os agricultores.

Tabela 9 - Cursos realizados (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

Curso	Nº de Produtores	%
Sanidade do rebanho	586	79
Manejo sanitário das instalações	557	75
Vermifugação	588	80
Reprodução	327	44
Outros	1	0,1
Nenhum	137	18

A Secretaria da Agricultura do Estado de Alagoas (SEAGRI) vem exercendo um papel de coordenação na cadeia produtiva, apesar de outras instituições como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa) e a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia (COOFADEL) também estarem contribuindo para a capacitação dos agricultores. Dos que foram entrevistados, 81% deles já participaram de cursos promovidos pela SEAGRI.

Tabela 10 - Instituição que promoveu o curso (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

Instituição	Nº de Produtores	%
Cooperativas	38	5
SEBRAE	57	8
SEAGRI	600	81
UNEAL	4	0,5
Outros	137	19

### 4.3.2 Melhoramento genético e índices zootécnicos

Os programas de governo para o desenvolvimento de comunidades rurais nem sempre são avaliados quanto aos seus resultados. Aqui, buscou-se analisar alguns índices zootécnicos alcançados no Programa Alagoas Mais Ovinos, apesar do pouco tempo de execução (apenas 12 meses).

Um dos princípios defendidos pelo Programa Alagoas Mais Ovinos é a melhoria da qualidade dos animais. Independentemente dessa estratégia, observa-se nos municípios contemplados na primeira etapa 40% de crescimento do rebanho de caprinos e ovinos, em decorrência da reprodução das matrizes disponibilizadas no programa e das orientações da assistência técnica direcionadas à melhoria da sanidade, nutrição e genética. De fato, as visíveis evoluções no desenvolvimento dos rebanhos quanto a tais aspectos vêm resultando em animais com melhores carcaças e elevação da produtividade (Figuras 31 e 32).

*Figura 31 - Registro fotográfico V – primeiras crias do programa (Fonte: Antonio Tadeu Dórea).*



Sabe-se que no nordeste brasileiro a taxa de desfrute do rebanho é estimada em 16%. Em alguns municípios da primeira etapa da área de atuação do Alagoas Mais Ovinos já são obtidas taxas superiores a 35%.

Figura 32 - Registro fotográfico VI – primeiras crias do programa (Fonte: Antonio Tadeu N. Dórea).



Com objetivo de servir como referência para índices de produtividade, apresentamos a tabela abaixo elaborada por (OLIVEIRA E LIMA, 1994) e preconizados pelo Banco do Nordeste e pela EMBRAPA-Caprinos.

Tabela 11 – Índices de produtividade da ovinocultura (Fonte: Oliveira e Lima (1994)).

DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Índices regional		
		Níveis de tecnologia		
		Baixa	Média	Alta
Parição (partos/matriz/ano)	%	80	100	120
Prolificidade (crias/parto)	Unid.	1,20	1,25	1,30
Natalidade (crias/matriz/ano)	Unid.	0,96	1,25	1,56
Mortalidade até um ano	%	15	12	10
Mortalidade acima de um ano	%	7	5	3
Idade ao primeiro acasalamento	Meses	12	12	12
Peso ao nascimento	Kg	2,3 a 4,9	2,3 a 4,9	2,3 a 4,9
Peso vivo aos 365 dias	Kg	24	28	32
Idade ao abate	Meses	14 a 18	11 a 14	8 a 12
Desfrute	%	28 a 40	35 a 47	42 a 55

Como nota-se na tabela 11 e segundo Oliveira e Lima, o peso ao nascer dos ovinos do Programa Alagoas Mais Ovinos ainda é considerado baixo. No entanto, por se tratar de um programa social, esses índices são aceitáveis e estão de acordo com outros programas desta natureza. Podemos também associar a esse fato a falta de estrutura das propriedades dos agricultores em relação à disponibilização de forragens adequadas, o que vem sendo trabalhado pela assistência técnica e deve ser melhorado, (Figura 33).

Figura 33 - Peso dos ovinos ao nascer (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



Com relação ao peso de abate e segundo a tabela 10 de Oliveira e Lima (1994), o peso vivo no abate aos 100 dias demonstra que 77% dos agricultores estão conseguindo chegar a índices considerados bons, isto é, acima de 10 quilos de peso vivo (Figura 34).

Figura 34 - Peso vivo aos cem dias (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



### 4.3.3 Assistência técnica

Após um longo período de desmonte do aparato nacional de ATER nos anos 1970, que culminou com o fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), durante o governo do então presidente Collor de Mello (1990-1992), as diversas empresas de extensão rural passaram a depender da iniciativa dos governos estaduais. A partir de meados dos anos 1990, as empresas de extensão rural passaram a depender dos recursos que pudessem ser obtidos por intermédio do PRONAF, em convênios firmados com o INCRA para prestação de assistência técnica para desenvolver projetos técnicos nos assentamentos (DIAS, 2004, p. 16-20).

Para tentar minimizar os efeitos da baixa qualidade da ATER, (CAPORAL, 2001) afirma que uma nova extensão rural deverá orientar-se pela busca contínua de estratégias que impulsionem padrões socioculturalmente desejáveis, apoiados na evolução histórica dos grupos sociais em sua coevolução com o ecossistema em que estão inseridos. Esse cenário exige a aceitação de que a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, consumo e reprodução, funcionando mediante lógica claramente distinta daquela associada à agricultura capitalista. Além disso, requer o entendimento de que os agricultores familiares estão incluídos dentro de um contexto próprio, em que sua socialização se dá mediante processo de aprendizagem, experimentação e erro.

O Programa de ATER, criado para atender os beneficiários do Alagoas Mais Ovinos, buscou orientar de forma contínua e sistemática os agricultores participantes do programa, disponibilizando um técnico agrícola para cada 100 famílias em uma determinada região, além de um médico veterinário. A terceirização desse serviço também proporcionou agilidade nas tomadas de decisões, assim como as cobranças das metas preestabelecidas. A satisfação dos agricultores entrevistados é significativa, conforme consta nas (Figuras 35, 36, 37 e 38).

Figura 35 - Distribuição dos técnicos agropecuários por áreas e famílias. (Fonte: Agronegócios Projetos & Consultoria, 2011).

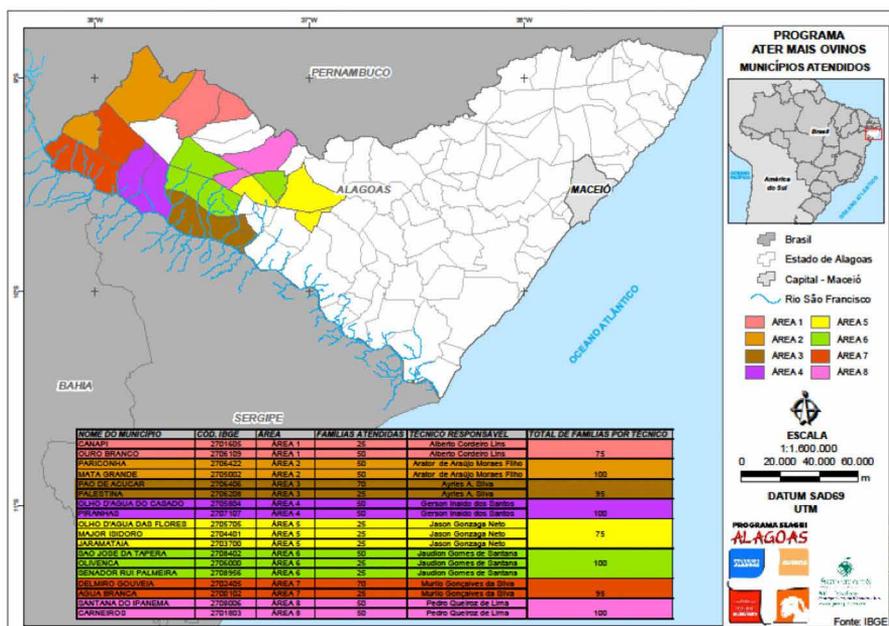


Figura 36 - Registro fotográfico VII – técnico agropecuário (Fonte: Antonio Tadeu N. Dórea).



*Figura 37 - Registro fotográfico VIII – técnico agropecuário assistindo agricultor (Fonte: Antonio Tadeu N. Dórea).*



*Figura 38 - Registro fotográfico IX – assistência veterinária (Fonte: Antonio Tadeu N. Dórea).*

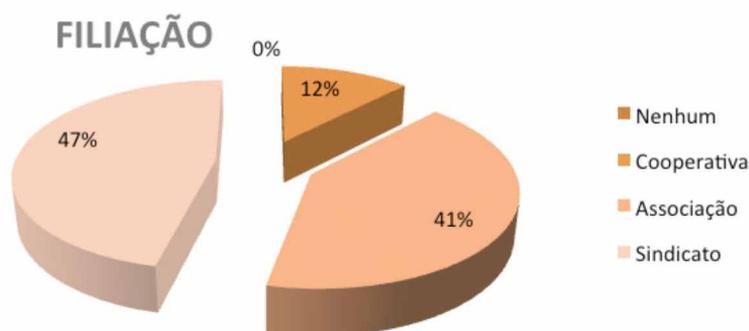


#### 4.4 Organização social

Uma implicação importante da organização social da produção em unidades familiares é que não se configuram aí as classes sociais próprias da agricultura capitalista que os sindicatos representam, tanto patronal, quanto de trabalhadores (DOREA, 2011).

Observa-se que, a maioria dos agricultores familiares beneficiários do Programa Alagoas Mais Ovinos (88% dos entrevistados), encontra-se organizada em forma de associação, mas também sindicalizados.

Figura 39 – Organização social dos agricultores (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



Fica clara a importância dos agricultores estarem envolvidos nos sindicatos e associações, principalmente pelo fato de possibilitar acessos a crédito, programas e convênios de assistência técnica, além de outros benefícios como assessoria de advogados e encaminhamentos de processos junto a órgãos públicos como agentes financeiros e INSS. O dado comprova, então, a tendência citada por (COLETTI, 2005) de que os sindicatos exercem função de organizador do setor produtivo e buscam políticas públicas que possam atender a seus afiliados. A filiação e participação dos agricultores familiares nos sindicatos rurais apontam uma variável interna favorável para elaboração do planejamento em suas comunidades, desde que os sindicatos efetivamente potencializem o acesso às políticas públicas para os agricultores familiares.

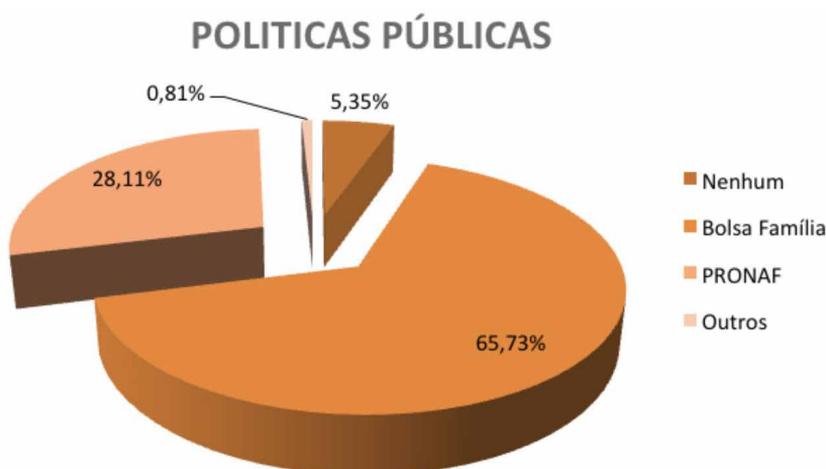
## 4.5 Políticas públicas

O processo de desenvolvimento da agricultura familiar é influenciado pelas políticas públicas e pelas relações com o mercado. Além disso, inserem-se neste contexto as questões ambientais que são imprescindíveis para a reprodução social e econômica do agricultor e sua família.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de

até R\$ 70). Já o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. Dos agricultores entrevistados, 66% são beneficiários do Programa Bolsa Família, e 28% acessam o PRONAF (Figura 40).

Figura 40 - Acesso a políticas públicas (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



Contudo é baixo o acesso ao PRONAF por parte dos agricultores. Apenas 22% afirmaram possuir algum contrato em andamento, sendo o Banco do Nordeste o mais acessado pelos agricultores (88%).

## 4.6 Comercialização

A comercialização se constitui como um grande desafio para a agricultura familiar. Uma série de ações, tais como organização dos produtores, da qualificação dos produtos e da capacitação para acesso aos mercados, devem ser tomadas para dinamizar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar no sentido de superar os entraves, melhorando a qualidade de vida e aumentando a renda dos agricultores. A grande maioria dos agricultores entrevistados (97%) comercializam seus animais vivos, fazendo com que seus produtos apresentem um baixo valor agregado (Tabela 12).

Tabela 12 - Produtos processados (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

Produto processado	Nº de Produtores	%
Carcaça inteira	41	5,5
Carcaça em cortes	21	2,8
Vísceras e buchadas	24	3,2
Animal vivo	717	97

Quando indagados sobre o que precisam melhorar nos seus produtos, os entrevistados apontaram os cursos de capacitações e o acesso ao mercado como as principais necessidades de acordo com a (Tabela 13).

Tabela 13 - O que precisa melhorar nos seus produtos (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

Descrição	Nº de Produtores	%
Melhorar o rebanho	25	3
Cursos de capacitações	358	48
Acesso a mercado	530	72
Criar cooperativas	51	7

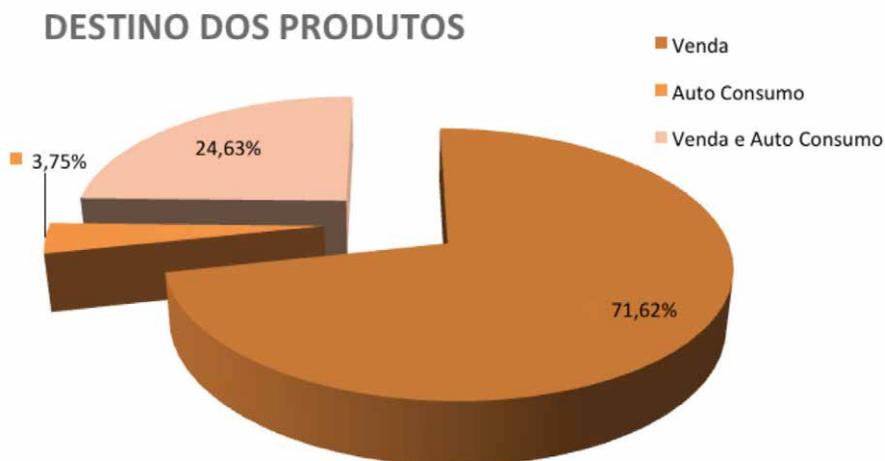
Fica evidente que os agricultores manifestaram interesse em melhorar seus produtos e buscar melhor inserção no mercado. Surge, então, uma oportunidade de adequar os produtos e ofertá-los a programas sociais como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Alimentação Escolar (PAA). Outra possibilidade é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – (FNDE) para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações. Na Figura 41, apresenta-se o registro fotográfico de animal sendo comercializado após o abate no município de Delmiro Gouveia.

Figura 41 - Registro fotográfico – comercialização de animais (carcaça inteira). (Fonte: Tarcisio Ferro).



É importante ressaltar a importância do autoconsumo nesse contexto: 29% dos agricultores consomem esses produtos, o que melhora sua dieta alimentar e a receita. Para FAO/INCRA (1999), quando um agricultor de uma unidade de produção produz algum bem que é consumido pela própria família (alimentos, artesanato, lenha, insumos agrícolas etc.), tal produção deve ser considerada para efeito de cálculo do produto bruto. Em geral, para as famílias rurais, o valor que os produtos autoconsumidos possuem é igual ao valor que teriam caso tivessem de ser comprados no mercado local.

Figura 42 - Destino dos produtos (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

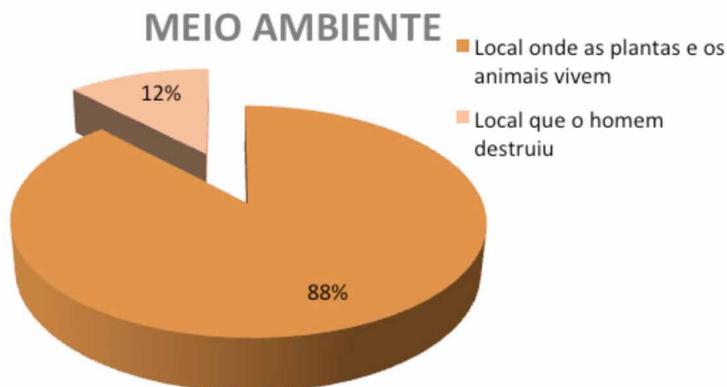


## 4.7 Meio ambiente

As relações do agricultor familiar com a natureza são complexas e também dependem das interações com o sistema e com o mundo da vida. Nesse caso, a reconfiguração do rural diante das questões socioambientais passa pela compreensão das suas práticas administrativas e racionalidades. Acredita-se que a compreensão possa trazer novos elementos que contemplem a agricultura familiar, dado que ela é uma categoria expressiva econômica e socialmente com uma diversidade e dinâmica de adaptação e transformação que atravessa os tempos.

De acordo com (LEFF,2011), o saber ambiental se produz numa relação entre teoria e práxis, constituindo novas identidades e interesses dos quais surgem os atores sociais que mobilizam a construção de uma racionalidade ambiental. Assim é a qualidade de vida, a finalidade principal de realização do ser humano e implica em um *savoir vivre* no qual os valores e os sentidos da existência definem as necessidades vitais. Para 88% dos agricultores entrevistados, o meio ambiente é o local onde as plantas e os animais vivem. Essa representa a visão do saber da comunidade e por aí deve ser iniciada a intervenção no seu meio ambiente (Figura 43).

Figura 43 - Meio ambiente qual a definição? (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).



Para (DÓREA, 2011), o saber ambiental dos agricultores familiares está ligado a manifestações socioculturais e religiosas exercidas por eles. Isso é confirmado quando os agricultores afirmam que nos cultos religiosos são abordados temas como natureza e meio ambiente, a exemplo de desmatamento, preservação da água, conservação das nascentes e preservação dos recursos para gerações futuras. Na (Tabela 13), os agricultores citam quais ações deveriam ser adotadas para melhorar o meio ambiente.

Tabela 14 - Meio ambiente – O que fazer para melhorar (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

Citações	Nº de Produtores	%
Não derrubar	563	76
Não poluir os rios	373	50
Não queimar	351	47
Plantar as beira de rio	294	39
Outros	43	5,8





## 5. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Na região nordeste, a caprinoovinocultura possui grande importância econômica e social, devido ao fato dos animais terem uma boa adaptação ao clima e a alimentação. A compreensão das cadeias produtivas locais permite a identificação dos gargalos existentes entre os elos e a proposição de melhorias no setor, a fim de torná-lo mais eficiente.

No Estado de Alagoas, a caprinoovinocultura se destaca pela vocação na criação de caprinos e ovinos e por esses animais terem uma boa adaptabilidade às condições climáticas da região. Além disso, trata-se de uma atividade que requer pouco investimento de capital com mercado consumidor local existente.

Os beneficiários do Programa Alagoas Mais Ovinos possuem alguma experiência na cultura, que é a atividade principal ou complementar da agropecuária familiar. No entanto, a identificação dos gargalos encontrados nessa cadeia produtiva, principalmente com foco na agricultura familiar com baixa renda, sinaliza as ações que devem direcionar as ações futuras da SEAGRI e de seus parceiros.

Nessa perspectiva, a Tabela 15 apresenta as principais variáveis encontradas que se referem às possibilidades e às limitações no desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinoocultura no Estado de Alagoas.

Tabela 15 - Possibilidades e limitações da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura (Fonte: Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos, Agronegócios, 2012. Pesquisa Direta).

Variável	Positiva	Limitante	Negativa
Faixa etária	■		
Escolaridade		■	
Eletrificação rural	■		
Condição de posse	■		
Mão de obra	■		
Estratificação fundiária			■
Instituições de apoio	■		
Organização social	■		
Acesso a políticas públicas	■		
Crédito			■
Comercialização			■
Índices zootécnicos		■	
Assistência Técnica	■		

A análise da tabela revela que a faixa etária dos beneficiários do Programa Alagoas Mais Ovinos indica um ponto forte na medida em que incluem jovens atuando na reprodução social e econômica da atividade rural, proporcionando como consequência que esses jovens estejam no campo.

Por outro lado, a escolaridade aparece como um fator limitante, pois aproximadamente 13% dos agricultores declararam serem analfabetos. Com relação à eletrificação rural, 99% dos agricultores dispõem desse recurso, o que pode proporcionar o uso de tecnologias mais apropriadas em suas propriedades.

A condição de posse da terra também se apresenta como um ponto forte, uma vez que a grande maioria dos agricultores são proprietários de suas áreas, possibilitando acesso a crédito e a outras políticas governamentais. A mão de obra utilizada é a familiar, o que gera renda e emprego para a família.

A estratificação fundiária aparece como um fator negativo. De fato, é bastante preocupante o tamanho na terra dos agricultores participantes do Programa Alagoas Mais Ovinos: 44% dos participantes são proprietários de um a seis hectares.

Instituições de apoio, principalmente a SEAGRI e o SEBRAE, vêm atuando de forma sistemática no segmento e são reconhecidas pelos agricultores entrevistados,

sinalizando a credibilidade que possuem na região. A grande maioria dos agricultores é filiada a um sindicato ou a uma cooperativa. Isso proporciona acessos a programas de apoio a suas atividades. Esses agricultores vêm se beneficiando de forma expressiva com o Programa Bolsa Família.

O acesso ao crédito é baixo entre os agricultores: apenas 22% afirmaram que possuem algum contrato em andamento com recursos do PRONAF.

A comercialização é outro ponto fraco. A grande maioria dos agricultores entrevistados (97%) comercializa seus animais vivos, fazendo com que seus produtos apresentem um baixo valor agregado.

Os índices zootécnicos ainda são baixos, no entanto, considerando que se trata de um programa social, esses índices são aceitáveis e estão de acordo com outros programas da mesma natureza. Podemos também associar esse fato à falta de estrutura das propriedades dos agricultores com relação à disponibilização de forragens adequadas, o que vem sendo trabalhado pela assistência técnica e, portanto, deverá ser melhorado.

Finalmente, a assistência técnica vem proporcionando melhorias nos índices zootécnicos, por meio um melhor manejo alimentar e sanitário. Aproximadamente 70% dos agricultores consideram a assistência técnica como ponto forte para desenvolvimento de suas atividades.

Assim, apesar das limitações encontradas em algumas variáveis que se tornam obstáculos, elas não são intransponíveis. Os desafios e as potencialidades que foram reveladas pelo estudo, juntamente com a possibilidade de se estabelecer parcerias com as instituições públicas que atuam no segmento, aumentam a perspectiva que poderá ser promissora e positiva para a ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas.



## 6. REFERÊNCIAS

- ALBANEZE, R.F.G.N.; SILVA, J.C.; SANTOS, S.A.; SILVA, R.A.M.S.; LEITE, L.A.R. Um modelo de instalação para criação de ovinos em semi-confinamento na Parte Alta de Corumbá, MS. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e socioeconômicos do Pantanal, 4., 2004, Corumbá. Anais... Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004. CD Rom.
- ALVES, F.S.F.; COX, M. Aspectos sanitários na ovinocaprinocultura. In: Congresso Nordeste de Produção Animal, 1., 1998, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SNPA, 1998. p.15-29.
- Araújo Filho, J. A.; CAMPANHA, M. M.; FRANÇA, F. M. C.; SILVA, N. L.; SOUSA, NETO, J. M. Sistema de Produção Agrossilvipastoril no Semiárido do Ceará. In: 2nd International Conference: Climate, Sustainability and Development in Semi-arid Regions August 16 - 20, 2010.
- ASSIS, J.S.; ALVES, A.L.; NASCIMENTO, M.C. Atlas escolar Alagoas: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2007. 208p.
- BARROS, N.N.; SIMPLICIO, A.A. Produção intensiva de ovinos de corte. Sobral: Embrapa-CNPC, 2001. 36p. (Documento 37).

- BARSANTE, M. Confinamento de cordeiros. Revista O Berro, n.48, p.12-15, 2002.
- BORGES, I.; SILVA, A.G.M.; ORZIL, R. Agronegócio da ovinocultura. agronegociovinocultura.pdf. 05 Fev. 2008.
- BUAINAIN, M. A.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Sociologias, Porto Alegre, ano 5. n. 10, jul./dez., 2003, p. 312-347.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Sustentabilidade: base conceptual para uma nova extensão rural. Word Congresso f Rural Sociology. Anais... X Rio de Janeiro, 2001
- COLETTI, T. Organização da produção na agricultura familiar: análise das proposições do sindicalismo rural cutista no sul do Brasil. Monografia (Graduação em Economia), Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis-SC, 2005.
- COSTA, C.A.F.; VIEIRA, L.S.S. Controle de nematoides gastrintestinais de caprinos e ovinos do Estado do Ceará – Sobral: Embrapa-CNPC, 1984. 6 p. (Comunicado Técnico 13).
- COUTO, F.A.D. Apresentação de dados sobre a importância econômica e social da ovinocaprinocultura brasileira: relatório final. Brasília, CNPq. 2001. 69p.
- DIAS, M. M. Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções proposta pelo serviço de ATES. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez., 2004.
- DÓREA, A.T.N. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE EM MUTUÍPE-BA: estudo propositivo sobre planejamento agroecológico de produção agrícola em comunidade rural. Dissertação (Mestrado em Planejamento Ambiental). Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador, 2011.
- FERREIRA, B.; ALVES, F. JUVENTUDE RURAL: Alguns impasses e sua importância para agricultura familiar. Brasília: Ipea, 2009, p. 34
- GALLO, S.B. Ovinocultura tropical – estratégias aplicadas à produção comercial. In: Jornada Científica – Faculdades Associadas de Uberaba, 5., 2006, Uberaba. Anais... Uberaba: Faculdades Associadas de Uberaba, 2006. CD Rom.
- GUSMÃO, M.V. O programa de eletrificação rural “Luz no Campo”: resultados iniciais. Ano 4 Enc. Energ. Meio Rural CEPEL/ELETOBRÁS. Brasília, 2006, p.45.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. Economia e Sociedade, Campinas-SP v. 13, n. 2(23) 2004, p. 12.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006- Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- LOBO, R.N.B.; LOBO, A.M.B.O. Melhoramento Genético como ferramenta para o crescimento e o desenvolvimento da ovinocultura de corte. Revista Brasileira de Reprodução Animal, v.31, n.2, p. 247-253, 2007.
- MAIA, M.S.; COSTA, A.M. Influência da amamentação sobre a sobrevivência de cabritos ao desmame. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 35., 1998, Botucatu. Anais... Botucatu: Sociedade Brasileira de Zootecnia, 1998. p. 219.
- LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- OLIVEIRA, A. A. e LIMA, V.P.M.S. Aspectos econômicos da caprino-ovinicultura tropical brasileira. IN: LEITE, E.R.I. Semana de caprinocultura e de ovinocultura tropical brasileira. Anais... Brasília, EMBRAPA Caprinos. 1994. P-7-46.
- PIMENTEL, J.C.M. et al. Composição botânica da dieta de ovinos em área de caatinga raleada no sertão do Ceará. Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia, v. 21, n. 2, p. 211-23, 1992.
- PINHEIRO J. J. W.; OLIVEIRA, A. A. F.; ANDERLINI, G. A.; ABREU, S. R. O.; VALENÇA, R. M. B.; MOTA, R. A. Aspectos sociais, higiênico-sanitários e reprodutivos da ovinocultura de corte do Estado de Alagoas, Brasil. Revista Brasileira de Ciências Agrárias. v.5, n.4, p.600-605, 2010.
- PINHEIRO, R.R.; ALVES, F.S.F. Planejamento sanitário para pequenos ruminantes. Revista O Berro, n.63, p.30-31, 2004.
- PINHEIRO, R.R.; GOUVEIA, A.M.G.; ALVES, F.S.F.; HADDAD, J.P.A. Aspectos epidemiológicos da caprinocultura cearense. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia,
- RIBEIRO, M.F.S.; MIRANDA, M.; MIRANDA, G.M.; CHAIMSOHN F.P.; BENASSE, D.A.; GOMES, E.P.; MILLLEO, R.D.S. Diagnóstico de sistemas de produção. In: Doni, F.L.; Tommasino, H.; Brandenburg, A. (Eds.). Seminários sistemas de produção: conceitos, metodologias e aplicações. Curitiba: UFPR, 1999.
- RIBEIRO, S.D.A. Caprinocultores: criação racional de caprinos. São Paulo: Nobel Editora, 1997. 205 p.

- SEUB.I. Valor nutricional de la carne y de los productos cárnicos. Consideraciones críticas sobre sus componentes en comparación con otros alimentos. *Fleischwirtsch, español*, n.1, p.47-50, 1991.
- SIMPLICIO, A.A.; Freitas, V.J.F.; Fonseca, J.F. Biotécnicas da reprodução como técnicas de manejo reprodutivo em ovinos. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, v.31, n.2, p.234-246, 2007.
- SIMPLICIO, A.A.; Simplício, K.M.M.G. Caprinocultura e ovinocultura de corte: desafios e oportunidades. *Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária*, n.39, p.7-17, 2006.
- SUSIN, I. Confinamento de cordeiros. In: MATOS, W.R.S (ed.). *A produção animal na visão dos brasileiros*. Piracicaba: FEALQ, 2001. p.454-460.
- TINÔCO, A.L.A. Diagnóstico de situação da ovino/ caprinocultura em três municípios do sertão baiano Euclides da Cunha, Quijingue, Monte Santo – Bahia, 1981/ 1982. Belo Horizonte: Escola de Veterinária da UFMG, 1983. 13 p.
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL. *Atlas Geográfico de Estado de Alagoas*. Maceió: EDUFAL; Ecopress, 1994. 44 p.v.52, n.5, p.534-543, 2000.





## 7. VISITA TÉCNICA ESPANHOLA NO BRASIL

### 7.1 Introdução

A Agência Espanhola para Cooperação Internacional e o Desenvolvimento – AECID é um organismo do governo espanhol, criado em 1988, sendo a instituição responsável pela gestão da política espanhola de cooperação internacional para o desenvolvimento. Visa à luta contra a pobreza, entendida como sendo a situação de carência de oportunidades, capacidades e opções, e a promoção do desenvolvimento humano sustentável.

Levantamentos feitos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD registraram que o Estado de Alagoas está entre as unidades federativas brasileiras com menores Índices de Riqueza e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o que coloca a região como prioridade nas ações que visem o desenvolvimento humano e a redução das desigualdades.

A AECID vem desenvolvendo, desde o ano de 2007, ações no Estado de Alagoas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações mais carentes dedicadas ao setor agropecuário, pesqueiro e aquícola no estado, e assim, contribuir para a redução das desigualdades e auxiliar no desenvolvimento social e econômico da região.

Nesse sentido, a atuação na área de fortalecimento institucional e produtivo nas cadeias produtivas da pecuária leiteira e da ovinocaprino cultura foi ressaltada como um ponto importante para o Governo do Estado e a AECID, nas quais foram destacadas as seguintes demandas:

- Diagnóstico defasado no estado das cadeias produtivas de lácteos e de ovinocaprinos;
- Desconhecimento do mercado atual e potencial nas cadeias produtivas identificadas;
- Carência de planos estratégicos de intervenção nas cadeias selecionadas.

Tais atividades fazem parte do eixo de trabalho da AECID na promoção sustentável dos setores produtivos brasileiros, com especial ênfase na região nordeste no âmbito da Subvenção Fortalecimento das Capacidades para um Crescimento Redistributivo e Desenvolvimento dos Setores Produtivos no Brasil, e especificamente, do Projeto de Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pecuária Leiteira, Ovinocaprinos, Aquicultura e Pesca.

A operacionalização dessas atividades foi coordenada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS, que é a instituição gestora dos fundos alocados pela AECID em ações desenvolvidas no Estado de Alagoas.

Assim sendo, o Projeto de Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Pecuária Leiteira e Ovinocaprino cultura no Estado de Alagoas teve como objetivo geral a contratação de serviço técnico especializado para realização de diagnóstico para as cadeias produtivas mencionadas, incluindo avaliação censitária e cadastramento de produtores, além da realização de missões técnicas de visita em campo, oficinas de planejamento estratégico e prognóstico para as atividades na região considerada.

Tal atividade está inserida no âmbito do programa de cooperação bilateral entre os governos brasileiro e espanhol, e contou com a supervisão da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e da Agência Brasileira de Cooperação.

Esse capítulo apresenta as informações referentes às atividades desenvolvidas na visita técnica e oficina para a cadeia produtiva de ovinocaprino cultura no Estado de Alagoas, entre 10 e 14 de setembro de 2012.

## 7. 2 Planejamento

O planejamento das atividades se deu em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento de Alagoas, que atuou com instituição líder e definiu municípios, locais, produtores e atividades de interesse para a missão, além de sugerir temas de discussão, convidados e participantes para a oficina.

Dentre os participantes da oficina estavam previstos dois especialistas: um brasileiro e um espanhol. O Dr. Fernando Lucas Torres de Mesquita, pesquisador do Instituto Agrônomo de Pernambuco, foi o especialista brasileiro, e o Dr. Raul Muniz Cimas, diretor-técnico do Conselho Regulador de Indicação Geográfica Protegida “Corderex – Cordeiro de Extremadura”, o especialista espanhol. Eles acompanharam a missão e participaram do seminário, inclusive proferindo palestras e coordenando debates.

Figura 44 - Convite para a oficina sobre a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura.



### CONVITE

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário SEAGRI, junto com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, e em parceria com o Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS, convida para a **Oficina para o Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura**, a ser realizada entre 13 e 14 de Setembro 2012. O evento contará com uma Missão Técnica de Reconhecimento, e nele serão tratados temas relativos à cooperação técnica e diversificação produtiva, além da construção de prognóstico técnico-participativo da cadeia produtiva, por meio de dias de campo, visitas técnicas, palestras, oficinas, fóruns, mesa redonda e a participação de pequenos produtores de vários municípios Alagoanos.

Data: 13/09/2012 das 14 às 17 horas – Seminário.  
14/09/2012 das 08:30 às 15 horas – Oficina de Planejamento.

Local: Auditório da Universidade Federal de Alagoas - UNEAL, Campus Santana do Ipanema.  
BR 316, KM 87,5 – Bebedouro, CEP 57.500-000 – Santana do Ipanema - Alagoas.



## 7. 3. Missão

Os trabalhos previstos para o projeto consideraram, essencialmente, a realização de pesquisa censitária com atores da cadeia produtiva de ovinocaprinocultura e a construção do diagnóstico técnico-participativo da cadeia produtiva. Além disso, a partir das discussões entre os envolvidos no estudo, houve a construção, avaliação e validação de prognósticos para o desenvolvimento da cadeia produtiva pela integração de planos,

propostas e ações previstas em curso e da realização, registro de oficinas de planejamento estratégico e tático setoriais.

Dessa maneira, idealizou-se a realização de uma visita técnica que contou com a participação de consultoria brasileira e espanhola, além dos técnicos e dirigentes envolvidos nas atividades para reconhecimento das diversas realidades dos produtores envolvidos no Programa Alagoas mais Ovinos, bem como da estrutura estabelecida para a cadeia produtiva. Após a visita técnica foi realizado um seminário no qual os consultores, técnicos e dirigentes apresentaram suas observações sobre as impressões colhidas, os trabalhos desenvolvidos no projeto e as ações de governo efetivadas ao longo da execução do Programa, seguido de uma oficina de trabalho na qual foram discutidos os rumos a serem tomados.

Foi definido o período entre 10 e 14 de setembro de 2012 para a realização dos eventos. A visita ocorreu no período de 10 a 12, e o seminário aconteceu nos dias 13 e 14.

A visita possibilitou evidenciar a situação geral da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas, fornecendo elementos para os consultores apresentarem suas avaliações e sugestões durante o seminário.

*Figura 45 - Sede da CAFISA.*



Conforme programação estabelecida, durante a visita, foi possível conhecer a realidade de diferentes integrantes da cadeia produtiva de ovinocaprinocultura, desde a produção de leite de cabra e derivados, pequenos produtores de ovinos, abatedouros, frigoríficos, centros de recepção de animais, até grandes produtores de ovinos.

Assim sendo, em 10 de setembro de 2012, o grupo visitou a Cooperativa de Agricultores Familiares do Sertão de Alagoas (CAFISA), que congrega produtores de leite de cabra, produzindo, além do leite, achocolatados, iogurte, queijo e licor. Durante essa visita foi possível conhecer os dados gerais de produção, as condições de criação e manejo dos animais, além das principais dificuldades vivenciadas. Toda a produção da CAFISA é comercializada por meio dos programas sociais de governo.

*Figura 46 - Palestra CAFISA e unidade de laticínio da CAFISA.*



*Figura 47 - Produto da CAFISA e veículo (moto) para coleta e entrega do leite e derivados.*



*Figura 48 - Caminho até o aprisco e detalhes do aprisco.*



*Figura 49 - Visão geral dos animais e visão geral do assentamento Pacu.*



*Figura 50 - Moradia dos produtores e almoço.*



Foi visitado o Centro de Recepção de Animais em São José da Tapera, concebido como um local onde os produtores reuniriam seus animais para comercialização em grupo.

Entretanto, uma vez que as instalações não estão providas com equipamentos e mobiliário mínimo para o seu funcionamento, o local está sendo utilizado como um curral improvisado para a venda de animais durante as feiras-livres, que acontecem semanalmente na cidade.

O grupo conheceu também o abatedouro municipal que atende, inclusive, outras localidades da região.

*Figura 51 - Centro de recepção - fundos e frente.*



*Figura 52 - Abatedouro municipal - Recepção dos animais e Abatedouro municipal - vista interna.*



Os participantes visitaram um produtor típico de ovinos no município de Piranhas e puderam conhecer as condições de produção, instalações, estado do rebanho e forrageiras.

*Figura 53 - Detalhe dos animais e vista geral do rebanho - Sr. José Antonio.*



*Figura 54 - Vista geral do plantio de palma forrageira e detalhe das instalações - Sr. José Antonio.*



Foram visitadas as instalações da Estação de Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias Rurais do Sertão de Alagoas, que a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco está repassando para a gestão da SEAGRI/AL. Nessa a estação serão conduzidos trabalhos envolvendo ovinos e caprinos, entre outras atividades agropecuárias de interesse para a região. A visita possibilitou conhecer o estado das instalações e o potencial da estação em atuar como difusora de tecnologias rurais.

*Figura 55 - Reunião com a equipe remanescente e vista geral dos apriscos.*



*Figura 56 - Depósito de rações e galpão de maquinário e detalhe do aprisco.*



Durante a reunião na Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia (COOFADEL) foi apresentada a estrutura organizacional e composição da Cooperativa e discutidos os problemas decorrentes do atraso no licenciamento ambiental do frigorífico da COOFADEL, o que tem impedido o funcionamento das instalações.

*Figura 57 - Apresentação COOFADEL e sala do APL ovinocaprinocultura.*



*Figura 58 - Vista geral do frigorífico COOFADEL e vista interna do frigorífico COOFADEL.*



Em Maravilha, o grupo conheceu a Associação de Produção Artesanal de Cosméticos de Maravilha – Natu Capri, que congrega um grupo de mulheres da cidade na produção de sabonetes artesanais utilizando leite de cabra em combinação com diversas fragrâncias, além de ervas e extratos locais.

Com apoio do PNUD, Agência de Fomento de Alagoas e SEBRAE foi possível a capacitação técnica do grupo, que gradualmente vem conseguindo superar as dificuldades de gestão do próprio negócio.

Além da capacitação no processo de formulação e fabricação dos sabonetes, foram realizados cursos em áreas complementares como cooperativismo, gestão de negócios e plano de vendas.

*Figura 59 - Produtoras de sabonete de leite de cabra.*



A inexistência de um responsável químico pela produção está impedindo o registro do empreendimento nos órgãos de fiscalização e licenciamento da atividade e, conseqüentemente, limitando a capacidade de venda e ampliação das relações comerciais da Natu Capri, pois, com a restrição atual, só é possível a comercialização artesanal dos produtos em feiras, pequenos eventos, ou mesmo de porta em porta.

*Figura 60 - Detalhe da fabricação do sabonete de leite de cabra e sabonetes de leite de cabra.*



*Figura 61 - Sabonetes de leite de cabra para comercialização e ponto de venda de sabonetes durante a oficina.*



Em Santana do Ipanema, o grupo pode conhecer as instalações do abatedouro e frigorífico para caprinos e ovinos.

*Figura 62 - Abatedouro/Frigorífico Santana do Ipanema - Área de recepção dos animais.*



*Figura 63 - Abatedouro/Frigorífico Santana do Ipanema - Vista interna e detalhe das instalações.*



Ainda em Santana do Ipanema, o grupo pode conhecer as instalações de um produtor de ovinos.

*Figura 64 - Alinteração entre produtor e consultores - Vista interna e rebanho - Sr. Humberto.*



*Figura 65 - Instalações, rebanho e detalhe do rebanho – Sr. Márcio Lemos.*



## 7. 4 Seminário

Conforme previsto na programação de eventos, nos dias 13 e 14 de setembro de 2012 ocorreu o seminário para a discussão da cadeia produtiva de ovinocaprinocultura no estado de Alagoas nas dependências da Universidade Estadual de Alagoas – Campus de Santana do Ipanema.

*Figura 66 - Audiência do Seminário.*



Durante o seminário foram apresentadas as ações já empreendidas e os resultados obtidos com o programa Alagoas mais Ovinos, que é uma iniciativa do governo do estado de Alagoas de melhoramento genético contínuo da ovinocultura, visando proporcionar uma maior inserção produtiva das famílias dos municípios de menor IDH de Alagoas e criar condições para a superação dos níveis de pobreza e gerar renda, ocupação e cidadania para famílias do campo em municípios do semiárido alagoano, disponibilizando matrizes de caprinos de leite e ovinos de corte para os beneficiários.

Também foram apresentados os resultados do Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura no estado de Alagoas, que objetivou identificar o perfil social, técnico e econômico dos agricultores atendidos pelo programa Alagoas mais Ovinos.

Na continuidade dos trabalhos do seminário, os consultores, brasileiro e espanhol, apresentaram suas observações quanto às situações evidenciadas durante as visitas ocorridas.

Figura 67 - Abertura e audiência do Seminário.



Figura 68 - Boas vindas - Prof. José Crisólogo de Sales Silva (UNEAL) e Aline Vieira (SEPLANDE).



Figura 69 - Boas vindas - Carlos Henrique Amauri Soares (SEBRAE) e audiência do Seminário.



*Figura 70 - Boas-vindas - José Marinho (SEAGRI) e Tadeu Assad (IABS).*



O seminário aconteceu com discussões temáticas nas quais os grupos foram divididos para tratarem dos assuntos específicos, conforme o tema de interesse.

*Figura 71 - Seminário - Luciano Barros (SEAGRI).*

Apresentação do Programa Alagoas mais Ovinos - Luciano Barros - Superintendente do Fortalecimento da Agricultura Familiar – SEAGRI/AL.



*Figura 72 - Seminário - Tadeu Dorea.*

Apresentação do Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinocaprinos - Tadeu Dorea – Agronegócios Projetos e Consultoria Ltda.



*Figura 73 - Seminário - Fernando Lucas.*

Impressão sobre a visita técnica de Reconhecimento - Fernando Lucas de Mesquita - especialista nacional - IPA (Instituto Agronômico de Pernambuco).



*Figura 74 - Seminário - Raul Muñiz.*

Impressões sobre a visita técnica de Reconhecimento - Raul Muñiz Cimas - especialista internacional (Espanha) – Diretor-Técnico do C.R.I.G.P. (Conselho Regulador da Indicação Geográfica Protegida - Cordeiro de Extremadura).



*Figura 75 - Detalhe da mesa redonda.*

Mesa redonda: Cadeira Produtiva de Ovinocaprinos em Alagoas - Coordenador: Paulo Sandoval Jr. - IABS (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade)



## 7.5 Oficina

Para os trabalhos da oficina foram divididos três grupos temáticos:

- Grupo 1: Dentro da Porteira - Gestão da propriedade, produção, manejo, genética, alimentação.
- Grupo 2: Fora da Porteira - Beneficiamento, transporte, conservação, comercialização, novos produtos.
- Grupo 3: Ambiente institucional - Arranjo institucional, associativismo, cooperativismo, crédito, cooperação.

Os grupos identificaram os principais desafios para o tema que tratavam; estabeleceram seus níveis de prioridades; elencaram as dificuldades mais significativas; apresentaram sugestões para mitigar ou resolver o problema; inclusive identificando ações para transformar potencialidades em resultados efetivos, bem como os atores com possibilidade de colaborar para a solução.

*Figura 76 - Oficina - Grupo de Trabalho.*



*Figura 77 - Oficina - Validação das planilhas e audiência validação das planilhas.*



Ao final dos trabalhos, os grupos apresentaram e validaram suas planilhas identificando desafios, problemas e potencialidades de cada um dos temas debatidos.

Tabela 16 – Grupo 1: “Dentro da Porteira” – Gestão da propriedade, produção, manejo, genética, alimentação, etc....

Grupo 1: “Dentro da Porteira” – Gestão da propriedade, produção, manejo, genética, alimentação, etc....					
Desafios – Problemas e Potencialidades	Prioridade  (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
1 Falta de áreas com pastagem cultivada	Alta	Planejamento forrageiro da propriedade (indicação de forrageira, análise de solo, etc).	Acompanhamento contínuo.	Conscientização do produtor; ausência do técnico.	Secretarias municipal e estadual, OEPAS, cooperativas, instituições públicas e privadas.
2 Falta de planejamento alimentar com vistas à conservação de alimentos (fenos e silagens)	Alta	Capacitação para métodos de conservação de forragem.	Capacitação para métodos de conservação de forragem.	Capacitação dos técnicos e produtores	MDA e Secretarias municipal e estadual.
3 Degradação do ambiente	Alta	Conscientização e capacitação de convivência com o ambiente.	Conscientização e capacitação de convivência com o ambiente.	Falta de incentivo financeiro	Bancos oficiais com apoio da assistência técnica, SEMARH, IMA, IBAMA.
4 Metodologias apropriadas para a difusão de tecnologia	Alta	Implantação de unidades demonstrativas e uso de metodologias participativas	Continuidade	Elaboração de projetos que contemplem a formação de unidades demonstrativas	Unidades de pesquisa e difusão do estado.
5 Falta disponibilização de sementes de forrageiras no mercado local.	Alta	Aumentar a oferta de sementes forrageiras (sorgo e palma).	Continuidade	Ampliar campos de multiplicação de sementes e mudas de palma e sorgo forrageiro.	SEAGRI

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
6	Alta	Compras coletivas; associativismo.		Pouca eficiência do associativismo e cooperativismo.	ATER, associações e cooperativas existentes.
7	Alta	Conscientização e capacitação.	Continuidade	Conscientização da importância da prática de mineralização pelo produtor rural.	ATER, associações e cooperativas existentes.
8	Alta	Criar e implantar um calendário de vacinação.	Continuidade	Falta de programas sanitários locais e regionais e cobrança do consumidor.	ATER, MAPA, ADEAL, universidades.
9	Alta	Intercâmbio entre instituições de pesquisa e ATER.	Continuidade	Oferta de mão de obra e recurso financeiro.	ATER, universidades.
10	Alta	Contratação definitiva de técnicos.		Lei de responsabilidade fiscal, decisão política.	Governos (federal, estadual e municipal), MDA, SEAGRI
11	Alta	Uso de alimentos conservados e concentrados e subprodutos; técnicas de manejo de caatinga (aleamento, rebaixamento e enriquecimento).		Custo, necessidade de reflorestamento de áreas, clima.	ATER, universidades, Embrapa, SEAGRI, Codevasf, SEMAGRIS.
12	Alta	Implantação de planilhas para programação da reprodução e produção de cabritos e cordeiros.		Baixo índice de escolaridade, falta de controle zootécnico, ATER continuada.	SEAGRI, Sec. Educação, SEMAGRIS, laboratórios comerciais.

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
13 Alto índice de consanguinidade.	Alta	Rodízio de reprodutores; ativação dos laboratórios de reprodução.		Pequenas propriedades, cultura, mão-de-obra qualificada indisponível, recursos financeiros, disponibilidade de reprodutores e sêmen.	Universidades, FAPEAL, IFAL, ICTAL.
14 Definição da ovinocaprinocultura como atividade produtiva principal.	Alta	Assistência técnica (implantação de um sistema de gestão da propriedade; implantação e acompanhamento de planilhas de índices zootécnicos).		Adequação de sistema de produção, falta de conscientização sobre a atividade, questões culturais.	ATER, universidades, Embrapa, SEAGRI, Codevasi, SEMAGRIS.
15 Ausência de controle zootécnico.	Alta	Utilização de planilhas de controle e registro de rebanho.		Baixa escolaridade, conscientização, falta de planejamento.	ATER, associações e cooperativas existentes.
16 Baixo nível de escolaridade/tecnificação.	Alta	Incluir a família no processo de assistência e capacitação; necessidade de abrir ações paralelas entre as secretarias de educação e agricultura.	Incluir a família no processo de assistência e capacitação; necessidade de abrir ações paralelas entre as secretarias de educação e agricultura (educação no campo).	Deficiência da educação no campo.	Secretarias de educação, universidades, SEINFRA, IFAL
17 Falta de água.	Média				
18 Falta de subprodutos	Média				

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
19	Média				
20	Média				
21	Média				
22	Média				
23	Média				
24	Média				
25	Média				
26					
27					
28					
29	Baixa				
30	Baixa				

Tabela 17 – Grupo 2: “Fora da Porteira” – Beneficiamento, transporte, conservação, comercialização, novos produtos

Grupo 2: “Fora da Porteira” – Beneficiamento, transporte, conservação, comercialização, novos produtos					
Desafios – Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
1	Alta	Realizar cursos de capacitação em boas práticas de fabricação e implantar Plano de BPF – Boas Práticas de Fabricação.	Continuidade	Falta de iniciativa, orientação por parte das cooperativas e associações.	SENAI, SEBRAE, SEAGRI, SENAR
2	Alta	Viabilizar o acesso ao programa vida melhor no campo (SEBRAE).		Falta de iniciativa e apoio das instituições ligadas para cadeia.	SEBRAE, SEAGRI
3	Alta		1 - Fortalecer o Programa Alagoas Mais Ovinos; 2 - Intensificar a assistência técnica a produtores fora do Alagoas Mais Ovinos;	Falta de técnicos (quantidade e qualidade) disponíveis no Estado; Falta de planejamento da assistência técnica que possibilite criação de indicadores e mensuração de resultados.	SEAGRI, EMATER, Secretarias Municipais, SEBRAE, Universidades, CODEVASF.
4	Alta	Fortalecer o arranjo institucional estabelecido na câmara setorial de ovinocaprininos.		Falta de instituição protagonista que coordene a cadeia produtiva (UNICAFES).	UNICAFES, Câmara Setorial, OCB, OCAL, APL (SEPLANDE).

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
5 Falta de conhecimento total da demanda.	Alta	Realizar estudo de Mercado (oferta e demanda).		Custos do estudo.	SEBRAE, SEAGRI, terceiro setor.
6 Falta de transporte adequado para o escoamento da produção.	Alta	1 - Identificar linhas de crédito reembolsáveis e não reembolsáveis para comprar veículos necessários para escoamento da produção; 2 - Elaborar projeto para conseguir o crédito.		Localizar o recurso disponível, elaboração do projeto, uso adequado dos equipamentos existentes (caminhão frigorífico e transporte de animais vivos).	Fundação BB, BNB, Petróbrás, Códexvaf, instituições que possam apoiar na elaboração de projetos.
7 Falta de selos de origem, sociais e de qualidade para agregar valor ao produto.	Alta	Utilizar o selo do MDA nos produtos da agricultura familiar caracterizando a origem.	Contratar consultoria para identificar a certificação mais adequada para a cadeia produtiva e certificar os produtos	Falta de conhecimentos.	SEBRAE, SEAGRI.
8 Alto custo de manutenção do responsável técnico.	Alta	Disponibilização de técnicos das instituições ligadas a cadeia produtiva para atuarem como responsáveis técnicos das agroindústrias.	Sustentabilidade da cadeia produtiva.	Falta de recursos financeiros para contratação do responsável técnico.	CAMARA SETORIAL

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade  (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
9	Baixa		1 - Demandar o aumento da fiscalização e inicialmente notificar os estabelecimentos; 2 - Criar campanhas de conscientização da população a respeito da segurança alimentar.	Falta de conhecimento das necessidades de implantação destes controles.	SEBRAE, SEAGRI.
10	Baixa		Solicitar a fiscalização e apreensão.	Falta de uma instituição representativa que solicite esta intensificação de inspeção.	ADEAL, Vigilância Sanitária.
11	Baixa		Aumentar a produção.	Falta de produção que possibilite o início e manutenção das atividades.	SEAGRI, EMATER
12	Média	Levar o problema para discussão na UNICAFES.		Falta de iniciativa.	Cooperativas e Associações.
13	Média		Contratar consultoria especializada em marketing.	Falta de recursos financeiros.	SEBRAE

Tabela 18 – Grupo 3: Ambiente institucional – Arranjo institucional, associativismo, cooperativismo, crédito, cooperação, etc.

Grupo 2: “Fora da Porteira” – Beneficiamento, transporte, conservação, comercialização, novos produtos					
Desafios – Problemas e Potencialidades	Prioridade  (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
1 Desconhecimento das Ações entre as Instituições por falta de comunicação entre elas; gerando sobreposição e falta de cooperação.	Alta	Articulação por meio da Câmara Setorial; Criação de canais de comunicação nas redes sociais; Criação de banco de dados e de projetos consolidando as diversas Ações; Publicação em Portal da Câmara Setorial.		Efetividade da Câmara	ACCOAL, SEAGRI
2 Burocracia interna e interinstitucional.	Alta	Priorização e agilidade dos processos.		Legislação superior e complexa; Processos internos de cada instituição; Falta de mecanismos de cobrança e responsabilização.	Câmara Setorial
3 Ausência de um Plano de Ação conjunto.	Alta	Articulação entre as instituições para elaboração e planejamento do Plano.		Falta de interação e articulação entre as instituições.	SEAGRI, Câmara Setorial
4 Falta de indução de pesquisas específicas para a região.	Alta	Identificar linhas de pesquisas prioritárias e articular entre as instituições fomentadoras e de pesquisa.		Falta de comunicação entre os setores produtivo, de pesquisa e de fomento.	Câmara Setorial, Secretarias e Universidades.

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
5	Alta	Criar e equipar laboratórios e estruturas necessárias.		Projetos adequados, recursos priorizados e pessoal capacitado.	Instituições de ensino, pesquisa e fomento, Câmara Setorial.
6	Média			Articulação para a abertura de editais.	
7	Média	Melhor gestão e monitoramento das Ações.			
8	Média	Melhor gestão e monitoramento das Ações.			
9					
10					
11					

Desafios - Problemas e Potencialidades	Prioridade (baixa, média, alta)	O que precisa ser feito para mitigar/resolver o problema?		Qual a dificuldade para enfrentar este desafio	Quem pode resolver? (quem tem a função institucional para resolver)
		O que pode ser feito para transformar esta potencialidade em resultado efetivo?			
		Curto prazo (2 anos)	Médio prazo (2 a 5 anos)		
12					
13					
14					
15					
16					
17					

## 7.6 Instituições Participantes

- Agência de Fomento de Alagoas – AFAL
- Agronegócios Projetos & Consultoria
- APL Ovinocaprinocultura
- Assentamento Boa Sorte
- Associação de Produção Artesanal de Cosméticos de Maravilha – NATUCAPRI
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Alagoas – ACCOAL
- Banco do Brasil – BB
- Banco do Nordeste do Brasil – BNB
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
- Conselho Regulador de Indicação Geográfica Protegida “Corderex – Cordeiro de Extremadura”
- Cooperativa de Ovinocaprinocultores do Sertão de Alagoas
- Cooperativa dos Agricultores Familiares de Delmiro Gouveia – COOFADEL
- Cooperativa dos Criadores de Pequenos Animais de Santana do Ipanema
- Grupo Licitão
- Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS
- Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas – Emater/AL
- Instituto Federal de Alagoas – IFAL
- Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia
- Prefeitura Municipal de Olho D’Água do Casado
- Prefeitura Municipal de Piranhas
- Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

- Secretaria de Estado de Agricultura e de Desenvolvimento Agrário de Alagoas – SEAGRI
- Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas – SEPLANDE
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AL
- Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
- Universidade Federal de Alagoas – UFAL



## 8. VISITA TÉCNICA BRASILEIRA À ESPANHA

### 8.1 Introdução

A visita técnica brasileira à Espanha foi realizada no contexto das ações desenvolvidas pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) que, desde 2007, vem desenvolvendo ações no estado de Alagoas no âmbito do fortalecimento institucional e produtivo.

Assim sendo, o Projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura no estado de Alagoas teve como objetivo geral a contratação de serviço técnico especializado para realização de diagnóstico para as cadeias produtivas mencionadas, incluindo avaliação censitária e cadastramento de produtores, além da realização de missões técnicas de visita em campo, oficinas de planejamento estratégico e prognóstico para as atividades na região considerada.

A operacionalização dessas atividades foi coordenada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS, que é a instituição gestora dos fundos alocados pela AECID em ações desenvolvidas no estado de Alagoas.

Tal atividade está inserida no âmbito do programa de cooperação bilateral entre os governos brasileiro e espanhol, e contou com a supervisão da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e da Agência Brasileira de Cooperação.

No desenvolvimento dos trabalhos foi realizado o Diagnóstico da Cadeia Produtiva de Ovinocaprinocultura no estado de Alagoas, que foi objeto de análise e discussão durante a visita técnica em Alagoas, contando com a participação de consultoria brasileira e espanhola, além dos especialistas e dirigentes envolvidos para reconhecimento das diversas realidades dos produtores envolvidos, bem como da estrutura estabelecida para a cadeia produtiva. Conforme apresentado na parte inicial desta publicação, após a visita técnica, foi realizado um seminário no qual os consultores, especialistas e dirigentes apresentaram suas observações sobre as impressões colhidas, os trabalhos desenvolvidos no projeto e as ações de governo já efetivadas, seguido de uma oficina de trabalho na qual foram discutidas as rumos a serem tomados.

Agora, apresenta-se o relato da visita técnica brasileira à Espanha, realizada entre 11 e 20 de junho de 2013, que buscou conhecer as técnicas e procedimentos adotados na cadeia produtiva de ovinocaprinocultura espanhola, bem como seu nível organizacional, visando identificar possibilidades de intercâmbio.

## 8.2 Planejamento

O planejamento das atividades se deu em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento de Alagoas – SEAGRI e com o escritório do Conselho Regulador de Indicação Geográfica Protegida – Corderex - Cordeiro de Extremadura. A SEAGRI definiu os participantes do lado brasileiro e os temas de interesse. O escritório Corderex atuou como a instituição espanhola de contato e definiu as localidades, instituições, produtores, laticínios e atividades de interesse para visitação.

O grupo brasileiro contou com representantes da Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário de Alagoas; do Ministério da Integração Nacional; da Câmara Setorial de Ovinocaprino de Alagoas; da Universidade Federal de Alagoas; do APL Ovinocaprinocultura do SEBRAE Alagoas; da Cooperativa de Produtores de Pequenos Animais de Santana do Ipanema/Alagoas; da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Alagoas – ACCOAL e do IABS.

O contato espanhol por parte do escritório Corderex foi feito pelo Dr. Raul Muniz Cimas, diretor- técnico do Conselho.

A programação da viagem considerou os seguintes locais visitados

- Conselho de Agricultura da Extremadura
- Centro de Tipificação – FOVEX
- Indústria de queijos – NATURSER
- Conselho Regulador da Denominação de Origem Protegida – Quesos Ibores

- Indústria de queijos Pastoralia
- Centro de Denominação de Origem Controlada – Torta del Casar
- Centro de Seleção e Reprodução Animal da Extremadura (CENSYRA)
- Associação Espanhola de Criadores de Ovinos Precoces
- Centro de Pesquisa La Orden
- Fazenda Experimental Valdesequera
- Centro de Desenvolvimento Local “La Cocosa”
- Abatedouro da Cooperativa OVISO
- Centro de Recepção e Transformação de Lã – Comercial Ovinos
- Centro de Denominação de Origem Controlada – Corderex

Ainda foram visitadas diversas fazendas de produção de ovinos e caprinos para carne e leite.

O grupo brasileiro foi recepcionado oficialmente pelo Conselheiro de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Energia e pelo Diretor-Geral de Agricultura e Pecuária do Governo de Extremadura.

*Figura 78 - Recepção – Conselho de Agricultura de Extremadura.*



### 8.3 Visita Técnica

Os trabalhos previstos para a visita técnica consideravam a viagem à região da Extremadura, que fica no sudoeste da Espanha, para conhecer as técnicas, práticas e sistemas organizacionais da cadeia produtiva de ovinocaprinocultura de corte e de leite. Além disso, a partir das visitas e conversações ao longo da viagem, houve identificação de possibilidades de intercâmbio técnico e científico ou mesmo comercial, entre a Espanha e Alagoas.

A região da Extremadura foi escolhida como destino para a viagem considerando sua tradição na ovinocaprinocultura espanhola, o elevado nível de organização dos seus produtores e cooperativas, sua bem montada estrutura de planejamento e comercialização, além de ser uma região com características climáticas que se assemelham às encontradas nas regiões criadoras de ovinos em Alagoas. Acrescente-se que a Extremadura faz parte da região onde se originou a raça de ovinos Merina, e possui uma população em torno de 3,7 milhões de animais (Eurocarne 2012).

### 8.4 Considerações Iniciais

Na busca de sua diferenciação no mercado europeu, os produtores espanhóis identificaram a estratégia da denominação de origem controlada ou protegida, como uma estratégia para o posicionamento único de seus produtos perante os consumidores.

*Figura 79 - Presunto Ibérico ou Pata Negra.*



Assim, temos o Cordeiro da Extremadura, o Presunto Ibérico” ou Pata Negra, a Torta del Casar e outros produtos espanhóis, e em especial aqueles oriundos da Extremadura, que conseguiram se posicionar no mercado associados a conceitos de tradição, região produtora, qualidade e segurança, conferindo aos seus detentores um direito específico de propriedade industrial.

*Figura 80 - Torta del Casar.*



Na busca dessa diferenciação e especificidade dos seus produtos, toda a cadeia produtiva espanhola teve que adotar estratégias, procedimentos e modos de organização que possibilitassem atingir os objetivos pretendidos.

Para alcançar o objetivo, os produtores readequaram suas práticas, reunindo-se em cooperativas para a organização de suas estruturas produtivas dentro de parâmetros estabelecidos em consonância com a demanda de mercado. A legislação incidente foi adequada, refletindo a nova maneira da organização produtiva, essencialmente centrada em cooperativas. As instituições de fomento e pesquisa passaram a desenvolver linhas de investigação estritamente adequadas às necessidades da cadeia produtiva. Instituições reguladoras foram fortalecidas, de maneira a garantir a qualidade e transmitindo segurança ao consumidor sobre a estabilidade do padrão de qualidade do produto adquirido.

Figura 81 - Cordeiro de Extremadura – Identificação de cortes e carcaça (Anilha, Carimbo de Cortes e Carimbo de Carcaças).



Com o advento do Mercado Comum Europeu, e posteriormente da União Europeia, uma estrutura de apoio, regulação e fiscalização das atividades foi estabelecida. Dessa maneira, têm-se os níveis local, regional, provincial, nacional e continental atuando nas cadeias produtivas, garantindo a infraestrutura, o acesso ao crédito e à assistência técnica, à produtividade, aos mercados e à comercialização final.

## 8.5 O Sistema Cooperativista Espanhol

Dentre as estratégias adotadas pelos produtores espanhóis, destaca-se a organização cooperativista estabelecida historicamente em toda a região europeia. Mas, especificamente na Espanha, foi aprimorada e reforçada a partir das décadas de 1970 e 1980. Atualmente, mesmo no âmbito da União Europeia, há normativas estabelecidas para os países que a integram, estabelecendo as formas de procedimentos e relacionamentos entre cooperados e cooperativas.

Essencialmente no âmbito dos objetivos da viagem foram analisadas as formas de relacionamento das organizações cooperativistas que atuam na cadeia produtiva de vinocaprinocultura, tanto de carne como de leite.

*Figura 82 - Centro de Terminação de Cordeiros Fovex – Cooperativa de 1º Grau.*



Assim sendo, no nível do produtor rural, temos as cooperativas voltadas exclusivamente para a produção e terminação de cordeiros. Tais organizações chamadas de Cooperativas de 1º Grau cuidam essencialmente da compra dos cordeiros ofertados pelos produtores cooperados e são as responsáveis pela terminação dos animais até o tamanho e peso adequados ao mercado consumidor, e comercialização dos produtos. São elas, juntamente com seus cooperados, as responsáveis pela produção dos animais que serão utilizados nas cadeias subsequentes.

A relação entre o cooperado e a cooperativa é exclusiva, ou seja, o produto só é comercializado por meio da cooperativa, existindo toda uma estrutura legal e contratual regendo tal relacionamento.

*Figura 83 - Equipamento para separação dos lotes de animais.*



Tais organizações possuem equipe para assistência técnica aos produtores, lojas para venda de insumos, equipamentos, rações e suplementos alimentares, instalações próprias para recepção e terminação dos animais, equipe administrativa e operacional.

Enfim, toda estrutura necessária ao desempenho de suas funções e para o apoio à produção.

Na comercialização dos animais, eles são separados por meio de equipamento específico. Os grupos são classificados conforme o peso, em intervalos de 2 Kg em cada lote.

A separação em lotes, de acordo com o peso corporal, facilita o manejo dos animais, favorece o desenvolvimento mais homogêneo dos grupos de cordeiros, e possibilita maior conformidade do produto ofertado, que será entregue para comercialização no padrão demandado pelo mercado.

*Figura 84 - Etapas da separação dos lotes de cordeiros (antes da separação dos lotes, Contenção para pesagem e Lotes classificados).*



Da mesma maneira, no caso do leite, as Cooperativas de 1º grau atuam absorvendo a matéria-prima produzida e ofertando o produto aos outros integrantes da cadeia produtiva.

*Figura 85 - Abrigo para animais no campo, ordenha mecanizada - ovelhas e - cordeiros em desmame.*



Na sequência, aquelas cooperativas que adquirem a matéria-prima, seja cordeiro ou leite, que eram os tópicos de interesse da viagem e submetem-na a algum processamento antes da comercialização, são as Cooperativas de 2º grau.

A união de diversas cooperativas que comercializam produtos distintos gera, então, as Cooperativas de 3º grau.

## 8.6 As denominações de origem

As diferenciações dos produtos agropecuários, conforme região de origem, técnica de produção, influências ambientais, entre outros fatores, já é prática usual em diversos países, e na Europa, em particular. Tal procedimento foi adotado em 1730 na Hungria para classificação de vinhas, em 1756, para a produção de Vinho do Porto em Portugal, e acabou sendo disseminado entre os países europeus, a partir do início do século 20. Assim, temos o Champagne e o Cognac na França, o Vinho Verde em Portugal, e tantos outros exemplos na Espanha, Itália, Alemanha, e diversos outros países.

Ainda que existam variações na nomenclatura, conforme o país considerado, os sistemas de classificação diferenciam, essencialmente, os termos Denominação de Origem Controlada ou Protegida e Indicação Geográfica Protegida.

A Denominação de Origem Controlada/Protegida certifica que apenas os produtos genuinamente originados em determinada região podem ser por eles comercializados e assim denominados. Ela consiste na utilização do nome de uma região ou localidade, ou em casos excepcionais de um país, para designar um produto dela originário cujas características são devidas ao meio geográfico específico, aí se compreendendo os fatores ambientais e humanos.

A Indicação Geográfica Protegida é a garantia de que os produtos foram produzidos na região que os tornou conhecidos com as características, qualidade e modos de confecção, de acordo com as tradições que os fizeram famosos. A relação com o meio geográfico subsiste pelo menos numa das fases da produção, transformação ou elaboração.

Figura 86 - Conselho Regulador da Denominação de Origem Protegida – Quesos Ibores.



No âmbito da viagem, foi possível conhecer as seguintes instituições que cuidam da certificação de produtos:

- Conselho Regulador da Denominação de Origem Protegida – Quesos Ibores: é a instituição responsável pela certificação e fiscalização de produtores e produtos classificados como queijo “Ibores”, conforme área geográfica, raças dos rebanhos exclusivamente caprinos das raças Serrana, Verata, Retinta e respectivos cruzamentos, métodos de fabricação e cura do queijo definidos em regulamentação específica.

Figura 87 - Conselho Regulador da Denominação de Origem Protegida – Quesos Ibores.



- Centro de Denominação de Origem Controlada – Torta del Casar: é a instituição responsável pela certificação e fiscalização de produtores e produtos classificados como Torta del Casar, circunscrito à província de Cáceres, produzido a partir de leite de ovinos de raça Merina.

*Figura 88 - Centro de Denominação de Origem Controlada – Corderex.*



- Centro de Denominação de Origem Controlada – Corderex: é a instituição responsável pela Indicação Geográfica Protegida Cordeiro da Extremadura. Esse produto é fiscalizado quanto à raça do animal, seu sistema de criação, idade e peso ao abate, características da carcaça quanto à cor da carne e da gordura, percentual e distribuição da gordura, conformação e região geográfica. Só poderá ser classificado como Cordeiro de Extremadura o animal nascido, criado e abatido na em propriedades localizadas na região da Extremadura, e cujas carcaças atinjam os índices de conformidade estabelecidos.

Ressalta-se que os conselhos reguladores normatizam a rotulagem dos produtos, queijo e carcaças, sendo responsável pela expedição dos contrarrótulo e anilhas numerados que são fixados em cada peça.

## 8.7 Os Centros de Pesquisa

Durante a viagem foram visitadas as seguintes instituições de pesquisa:

- Centro de Seleção e Reprodução Animal da Extremadura (CENSYRA): instituição vinculada ao governo provincial da Extremadura, responsável pelo desenvolvimento de programas de reprodução e melhoramento genético, banco de germoplasma das raças autóctones bovinas, ovinas, caprinas, suínas, equinas e asininas, além da proteção de raças em perigo de extinção.

*Figura 89 - Visita à CENSYRA, CENSYRA - Cabra – raça retinta e Ovinos - Reprodutores Merinos.*



- Uma das modalidades de prestação de serviços é a contratação do Centro CENSYRA pelas Associações de Criadores para execução de atividades específicas, demandadas pelo setor produtivo, utilizando reprodutores fornecidos pelos associados. Uma vez recebido o animal no Centro, ele será previamente submetido a testes de desempenho para avaliar suas qualidades como reprodutor. Caso seja selecionado, seu sêmen coletado será dividido entre o proprietário e o banco genético do Centro CENSYRA.

*Figura 90 - Visita à CENSYRA, CENSYRA - Cabra – Raça Retinta e Ovinos - Reprodutores Merinos.*



- Centro de Pesquisa La Orden / Fazenda Experimental Valdesequera: o centro possui duas unidades de pesquisa agropecuária: La Orden, dedicada ao segmento de hortifruticultura, cultivos extensivos, produção florestal e pastagens; e Valdesequera onde se desenvolvem trabalhos voltados à produção florestal, pastagem e produção animal. Foram visitadas as instalações centrais do Centro de Pesquisa e a Fazenda Experimental Valdesequera onde são realizados os trabalhos mais atinentes aos objetivos da viagem. Dentre as atividades-fim, são realizados estudos visando a experimentação, o desenvolvimento tecnológico, a capacitação e a transferência de tecnologia.

*Figura 91 - Lotes para avaliação do ganho de peso, reprodutores e avaliação de forrageiras.*



- Centro de Desenvolvimento Local – La Cocosa: trata-se de uma fazenda experimental vinculada à administração da província de Badajoz, que desenvolve ações de melhoramento genético e do desempenho de reprodutores ovinos, em especial voltados para as demandas da Associação Espanhola de Criadores de Ovinos Precoces. Para a seleção dos reprodutores são considerados critérios como velocidade de crescimento do animal, aptidão para a produção de carne de qualidade na descendência, além das qualidades maternas (prolificidade e capacidade leiteira).

*Figura 92 - Centro de Desenvolvimento Local - La Cocosa, Reprodutores e Rebanho Fêmeas.*



## 8.8 As Unidades de Produção

Durante as visitas programadas para a viagem, foi possível conhecer propriedades especializadas em produção de carne e de leite, além de laticínios e queijarias que utilizam leite de caprinos e ovinos, bem como um abatedouro e um centro de seleção de lã.

Dessa maneira foram visitados:

- Fazenda Orellana: exploração mista de carne e leite de ovinos. Vinculada à Cooperativa FOVEX. Foram apresentados os principais métodos de criação empregados na propriedade; práticas de manejo intensivo e extensivo; regimes de arraçamento dos animais; e composição do alimento e suplementação alimentar, além de ter sido possível acompanhar a ordenha das ovelhas.

*Figura 93 - Fazenda Orellana - fêmeas solteiras, paridas e partos duplos.*



*Figura 94 - Fazenda Orellana - silo para ração, feno e ordenha.*



- Indústria de queijos NATURSER: visita à queijaria ArteSerena, integrante do Grupo NATUSER, fabricantes de queijos a partir de leite de ovinos e caprinos.

*Figura 95 - ArteSerena - tanques de recepção, coagulação e formas.*



*Figura 96 - ArteSerena - coalho, prensas e produtos em maturação*



- Fazenda Capribor: exploração de caprinos, ovinos e produção de queijos artesanais. Inscrita na DO Quesos Iboreos. Apresentados os métodos de criação; práticas de manejo; regimes de arraçamento dos animais; e composição da ração e suplementação alimentar. Também foram apresentados os procedimentos empregados na produção de queijos de cabras.

*Figura 97 - Capribor - visão geral - rebanho caprino, rebanho ovino, amamentação artificial – Ovinos.*



*Figura 98 - Capribor - creep feeding, sala de ordenha e produtos em maturação.*



- Indústria de queijos Pastoralia: exploração de ovinos e produção de queijos. Inscrita na DO Torta del Casar. Apresentados os métodos de criação; práticas de manejo; regimes de arraçãoamento dos animais; e composição da ração e suplementação alimentar. Também foram apresentados os procedimentos empregados na indústria de produção de queijos de ovelhas. Trata-se de uma propriedade organizada para a exploração intensiva do rebanho ovino onde numa área de 20 ha estão instalados cerca de três mil animais.

*Figura 99 - Pastoralia - canaleta de irrigação, sala de ordenha e alimentador automático de forragem.*



*Figura 100 - Pastoralia - alimentação artificial cordeiros, produtos em maturação e prontos para embalagem.*



- Fazenda Experimental Valdesequera: apresentação dos projetos em execução nos temas de desenvolvimento tecnológico, capacitação e transferência de tecnologia, especialmente em ovinos e alimentação animal.

*Figura 101 - Valdesquera – reprodutores ovinos, fêmeas ovinas e cordeiros.*



*Figura 102 - Valdesquera – cabras, experimento alimentar e leitura bolus ruminal.*



- Abatedouro Oviso: abatedouro integrante de uma Cooperativa de 2º grau e vinculado à IGP CORDEREX. Visita às instalações e linha de produção com acompanhamento dos procedimentos de tipificação das carcaças, segundo os padrões para classificação CORDEREX.

*Figura 103 - Oviso – instalações e carcaça corderex.*



Obs.: Devido à política da empresa não foi possível fotografar as instalações internas, nem as atividades na linha de produção.

- Centro de Recepção e Transformação de Lã - Comercial Ovinos: apresentação do modelo de gestão da Comercial Ovinos e visita às instalações e explanação sobre o processo produtivo.

*Figura 104 - Comercial Ovinos - seleção da lã, visão geral e enfardadeira.*



*Figura 105 - Comercial Ovinos - Fardo de lã, depósito, detalhe da funcionária.*



## 8. 9 Considerações Finais

A região da Extremadura espanhola possui similaridades quanto ao clima, condições de solo e umidade em relação ao sertão de Alagoas. Isso possibilita uma avaliação comparativa entre os métodos e procedimentos adotados nas cadeias produtivas de ovinocaprinocultura, apesar das diferenças de raças entre os rebanhos e os evidentes os desníveis culturais e tecnológicos entre as duas regiões.

Evidencia-se o elevado nível de organização produtiva espanhola, majoritariamente estruturada em cooperativas, na qual se estabelece toda a relação entre os atores da cadeia produtiva como produção, assistência técnica, insumos, etc.

*Figura 106 - Extremadura - Área de pastagem típica.*



O nível tecnológico alcançado na cadeia produtiva de ovinocaprinocultura espanhola permite o planejamento da produção e da comercialização dos produtos desde a constatação da prenhez da fêmea. Todos os rebanhos produtivos espanhóis estão identificados por meio de chip introduzido no rúmen (bolus ruminal) e cadastrados em sistemas computacionais interligados. Com os índices zootécnicos da propriedade é possível estimar a produtividade e a quantidade de matéria-prima que estará disponível com antecedência média de nove meses, que é o período entre a concepção, nascimento, engorda e abate do cordeiro.

*Figura 107 - Bolus ruminal - Modelo antigo (maior) e atual (menor).*



A produção leiteira também é controlada individualmente, uma vez que na entrada das baias de ordenha a fêmea é identificada automaticamente por sensores que leem o bolus ruminal. Sua lactação é registrada em sistemas computacionais que possibilitam todo controle e planejamento do rebanho, em função da produtividade de cada um de seus integrantes.

A alimentação dos rebanhos é preocupação constante dos produtores que utilizam de pastagem natural, feno, sobras de culturas, ração industrial, suplementos nutricionais, resíduos da indústria de processamento de tomates, uvas e azeitonas, preparados específicos, enfim, tudo que for utilizável como alimento pelos animais. Normalmente as cooperativas fazem as compras do alimento em grandes volumes com a conseqüente economia de escala e o repassam para seus cooperados.

Figura 108 - ração para cordeiros, "leite" em pó artificial para aleitamento de cordeiros e ração para ovelhas lactantes.



Figura 109 - ração peletizada, subproduto tomate e subproduto uva.



Figura 110 - mistura de cereais, micro silo e feno.



Figura 111 - tablete de sal mineral (10 kg) e cabra se alimentando de sal mineral



## 8.10 Especificações – Cordeiro de Extremadura

### *COMO SE PRODUCE*

Los corderos CORDEREX nacen en las dehesas de Extremadura y se crían con leche materna durante los 45 primeros días de su vida. Posteriormente puede complementarse su alimentación con alimentos controlados por el Consejo Regulador de la Indicación Geográfica Protegida “Cordero de Extremadura” CORDEREX (C.R.I.G.P. CORDEREX)

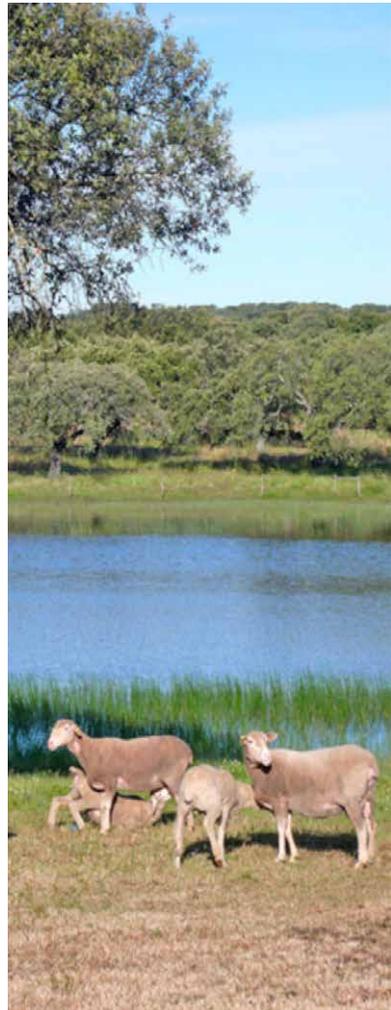
Los corderos CORDEREX proceden de las razas del tronco Merino. Las madres pertenecen a la raza Merina o cruces de Merina con Merino Precoz, Ille de France y Merino Fleischschaf, siempre que al menos del 50% de su genotipo sea Merino. Y los padres

proceden del tronco Merino, Merino Precoz, Ille de France y Merino Fleischschaf, puros o sus híbridos simples.

El sistema de producción de las explotaciones inscritas en el Consejo Regulador es el extensivo y semiextensivo tradicional de la zona, siendo el extensivo el sistema o régimen aplicado a los reproductores y a los corderos en fase de cría. Las prácticas de explotación de los reproductores se corresponden con las técnicas, usos y aprovechamientos de los recursos naturales en régimen extensivo tradicional.

Este método de producción tradicional, además de contribuir al mantenimiento del ecosistema de la dehesa, aporta a la carne procedente de estos corderos unas características específicas en cuanto a ternera, color y jugosidad, debido principalmente al largo periodo que permanecen con las madres.

Desde el Consejo regulador, los corderos son controlados desde la fase de producción y hasta el momento del sacrificio. Es decir, desde su procedencia geográfica, procedencia genética, alimentación, peso e incluso la edad del sacrificio.



Los corderos CORDEREX se sacrifican con una edad inferior a 100 días, lo que permite producir canales con poco peso, no superando los 14 Kg para las hembras y 16 Kg para los machos.

La carne certificada por la IGP CORDEREX, se caracteriza por poseer una excelente textura muy agradable al paladar, un moderado nivel de infiltración de grasa a nivel intramuscular. La carne que es de gran terniza y poco grasa debido principalmente a la edad de sacrificio de los corderos así como a los métodos de crianza. El aroma bouquet y jugosidad son excelentes, como consecuencia de la buena distribución de la grasa. Las canales IGP CORDEREX, además de ser controladas y certificadas, demuestran ser un producto de gran calidad y valoración organoléptica de cara a los consumidores. En definitiva, en un producto adecuado para llevar una dieta sana y equilibrada.

CORDEREX

Avda. Juan Carlos I, nº 47

06800 Mérida

Tlf: 924 31 03 06

Fax: 924 38 72 78

corderex@corderex.com

© Copyright 2013 - Todos los derechos reservados

**GOBIERNO DE EXTREMADURA**

Consejería de Agricultura,  
Desarrollo Rural, Medio Ambiente y Energía

FONDO EUROPEO  
AGRICOLA DE  
DESARROLLO RURAL  
EUROPA INVIERTA EN  
LAS ZONAS RURALES



Original em: [http://corderex.com/es/como\\_se\\_produce.php](http://corderex.com/es/como_se_produce.php)

## 8. 11 Especificações – Torta del Casar

Publicação de um pedido de registo, em conformidade com o nº2 do artigo 6º do Regulamento (CEE) nº2081/92 relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem.

(2002/C 291/02)

A presente publicação confere um direito de oposição nos termos do artigo 7º do Regulamento (CEE) nº2081/92. Qualquer oposição a esse pedido deve ser transmitida por intermédio da autoridade competente de um Estado-Membro no prazo de seis meses a contar desta publicação. A publicação tem por fundamento os elementos a seguir enunciados, nomeadamente do ponto 4.6, pelos quais o pedido é considerado justificado na aceção do regulamento supracitado.

REGULAMENTO (CEE) Nº 2081/92 DO CONSELHO

PEDIDO DE REGISTO: ARTIGO 5º

DOP (x) IGP ( )

Número nacional do processo:

1. Serviço competente do Estado-Membro Nome: Subdirección General de Denominaciones de Calidad y Relaciones Interprofesionales y Contractuales. Dirección General de Alimentación. Subsecretaría de Agricultura, Pesca y Alimentación del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España

Endereço: Infanta Isabel, 1, E-28071 Madrid

Tel. (34) 913 47 53 94

Fax (34) 913 47 54 10.

2. Agrupamento requerente 2.1. Nome: Castaño Salgado, Juan

Díaz Moreno, Mario

Lázaro Ronco, Félix

Ordiales Chaparro, José María

Pérez González, Andrés

Alvarez Rocha, José

Queserías Pérez Andrada SL

Quesos del Casar SL

Explotación La Jarilla - C.B. Hnos. Regalado

Nuestra Señora del Prado SCL

Roncero Molano, Francisco

2.2. Endereço: Barriada de la Diputación s/n, E-10190 Casar de Cáceres, Cáceres  
Tel./fax: (34) 927 29 00 08

2.3. Composição: Produtor/transformador (x) outro ( ).

3. Tipo de produto: Categoria: 1.3 Queijos.

4. Descrição do caderno de especificações e obrigações: (resumo das condições do n.o 2 do artigo 4.o):

4.1. Nome: Torta del Casar.

4.2. Descrição: A Torta del Casar é um queijo produzido com leite cru de ovelhas das raças merina e entrefina, cuja coagulação é feita com coalho vegetal proveniente do cardo *Cynara cardunculus* e cuja maturação será no mínimo de 60 dias. As suas características são:

a) Físicas:

- forma cilíndrica,

- dimensões:

i) altura: 5-7 cm; diâmetro: 11-13 cm; peso: 0,500-0,700 kg,

ii) altura: 5-7 cm; diâmetro: 14-17 cm; peso: 0,900-1,100 kg;

b) Físico-químicas:

- teor de matéria gorda do extracto seco: mínimo 50 %,

- extracto seco: mínimo 50 %,

- pH: mínimo 5,2-máximo 5,9,

- NaCl: máximo 3 %;

c) Organolépticas:

Crosta semidura, de cor entre o amarelo e o ocre, pasta mole ou cremosa, de cor branca a amarelada, de superfície de corte compacta, mas mole e untuosa, podendo apresentar pequenos olhos distribuídos pela superfície de corte. Aroma intenso e sabor forte e ligeiramente amargo, devido à utilização do coalho vegetal.

4.3. Área geográfica: A área geográfica tanto de produção do leite, como de fabrico da Torta del Casar situa-se em Cáceres, uma província da Comunidade Autónoma da Extremadura (Espanha), abrangendo trinta e seis municípios das comarcas de Los Llanos de Cáceres, Sierra de Fuentes e Montánchez.

4.4. Prova de origem: A produção do leite destinado ao fabrico da Torta del Casar e o fabrico da Torta serão levados a cabo por produtores inscritos nos registos de ovini-cultores, dos centros de recolha de leite e de queijarias, de acordo com o estabelecido no manual de qualidade e no manual de procedimentos.

A garantia final de qualidade do produto protegido que chegará ao consumidor será conferida mediante a realização das análises correspondentes, que garantem que os contrarrótulos numerados que o Conselho Regulador expedirá às queijarias que tenham recebido o certificado de inscrição serão apostos a um queijo que cumpre todas as normas estipuladas no regulamento. Os métodos de recolha de amostras e de análise são descritos nos manuais de qualidade e de procedimentos.

4.5. Método de obtenção: Oefetivo de raça merina e entrefina submetido á ordenha ascende a cerca de vinte mil cabeças, com uma produção anual estimada em 1,5 milhões de litros. O sistema de manejo dos rebanhos de ovelhas é o seguinte:

- extensivo ou semiextensivo,
- alimentação suplementar controlada pelo Conselho Regulador.

Método de obtenção da Torta del Casar:

- coagulação do leite com coalho de origem vegetal, a temperaturas situadas entre os 28 e os 32 °C, com a duração de 50 a 80 minutos,
- corte da coalhada, para obter um granulado fino, tipo grão de arroz,
- moldagem através da introdução da coalhada em formas cilíndricas de dimensões adequadas às do queijo, tal como constam das especificações,
- prensagem a uma pressão compreendida entre 1 e 2,5 kg/cm<sup>2</sup>, durante três horas,

- salga, que pode ser húmida ou seca, utilizando-se exclusivamente cloreto de sódio,
- cura, que terá pelo menos a duração de 60 dias, a temperaturas de 4 a 12 °C e em condições de humidade relativa de 75 % a 90 %.

## 4.6. Relação

### 4.6.1. Histórica

As comarcas da área geográfica têm estado ligadas desde sempre às práticas da transumância e do pastoreio. As canadas foram transformadas sucessivamente até à sua regulação definitiva como caminhos de utilização obrigatória para os rebanhos, pelas normas que regem o “Honrado Concejo de la Mesta”, em 1273.

A presença de rebanhos estabelecidos é um facto constatado desde 1291, data em que, por Privilégio Real, o rei Sancho IV outorga à aldeia del Casar umas terras situadas nos arredores da aldeia, para os criadores de gado poderem apascentar aí livremente os seus animais.

Sabe-se também que nessa época a Torta del Casar era utilizada como moeda de pagamento, se bem que só em 1791, nos “Interrogatorios de la Real Audiencia”, se mencione por escrito a existência do queijo de ovelha “del Casar de Cáceres”.

### 4.6.2. Natural

A zona de produção estende-se a norte da Serra de San Pedro, que forma o limite com a província de Badajoz, até aos rios Almonte, a leste, e Tejo, a norte. A zona geográfica é uma planície estépica sulcada de noroeste a sudeste pela Serra de Fuentes, de solos arenosos, pouco férteis e pouco profundos, com afloramentos rochosos frequentes.

O clima é continental, com Verões longos e quentes, Invernos suaves e curtos e uma pluviometria situada entre os 300 e os 500 ml anuais. A flora é constituída fundamentalmente por plantas herbáceas de grande valor nutritivo, mas pouco desenvolvidas, existindo também restos de vegetação arbustiva e arbórea do tipo quercus.

## 4.7. Estrutura de controlo Nome: Consejo Regulador de la Denominación de Origen (DOP) Torta del Casar

Endereço: 13 Avenida de la Constitución, E-10190 Casar de Cáceres

Telefone: (34) 927 29 07 13

Fax: (34) 927 29 16 54

Correio electrónico: [tortadelcasar@airtel.net](mailto:tortadelcasar@airtel.net)

O Conselho Regulador da Denominação de Origem (DOP) preenche os requisitos estipulados na norma UNE-EM 45011.

4.8. Rotulagem: Nos rótulos, contrarrótulos e outros sistemas destinados a identificar os produtos protegidos figurarão obrigatoriamente e de forma destacada o nome e o logotipo da Denominação de Origem Protegida “Torta del Casar”, bem como todas as indicações estipuladas pela legislação aplicável.

4.9. Exigências legislativas nacionais: - Lei Nº25/1970, de 2 de Dezembro de 1970, relativa ao estatuto da vinha, do vinho e do álcool.

- Diploma de 25 de Janeiro de 1994 que precisa a correspondência entre a legislação espanhola e o Regulamento (CEE) nº2081/92, em matéria de denominações de origem e indicações geográficas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios.

- Decreto Real Nº1643/1999, de 22 de Outubro de 1999, que regulamenta o processo de instrução dos pedidos de inscrição no registo comunitário das indicações geográficas e denominações de origem.

Número CE: ES/00213/2001.10.26.

Data de recepção do processo completo: 26 de Outubro de 2001.

Original em: EUR-Lex - 52002XC1126(01)

## 12. Especificações – Queijos Ibores

Publicação de um pedido de registo, em conformidade com o nº2 do artigo 6.o do Regulamento (CEE) nº 2081/92 relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem

(2004/C 58/07)

A presente publicação confere um direito de oposição nos termos dos artigos 7º e 12º-D do Regulamento (CEE) nº 2081/92. Qualquer oposição a este pedido deve ser transmitida por intermédio da autoridade competente de um Estado-Membro, de um Estado membro da OMC ou de um país terceiro reconhecido nos termos do nº3 do artigo 12 no prazo de seis meses a contar desta publicação. A publicação tem por fundamento os elementos a seguir enunciados, nomeadamente do ponto 4.6, pelos quais o pedido é considerado justificado na aceção do regulamento supracitado.

REGULAMENTO (CEE) N.º 2081/92 DO CONSELHO

PEDIDO DE REGISTO: ARTIGO 5º

DOP (x) IGP ( )

Número nacional do processo: 95

1. Serviço competente do Estado-Membro Nome: Subdirección General de Denominaciones de Calidad y Relaciones Interprofesionales y Contractuales - Dirección General de Alimentación -Subsecretaría de Agricultura, Pesca y Alimentación del Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España

Endereço: Paseo Infanta Isabel, 1, E-28071 Madrid

Tel. (34) 913 47 53 94

Fax (34) 913 47 54 10

2. Agrupamento requerente 2.1. Nome: D. José A. García Chamizo, C/ Campo San Juan s/n, E - 10200 Trujillo (Cáceres) Da. Gloria Mariscal González, C/ Valencia, 8, E - 10251 Aldeacentenera (Cáceres) D. Tiburcio José Ramiro Soletto, C/ Eras s/n, E - 10373 Deleitosa (Cáceres) Da. María Teresa Rodríguez García, Av. Luis Chamizo, 57, E - 10137 Alía (Cáceres).

2.2. Endereço: C/ Eras s/n, E-10370 Deleitosa (Cáceres)

2.3. Composição: Produtores/Transformadores (x) outros ( )

3. Tipo de produto: Classe 1.3. Queijos

4. Descrição do caderno de especificações e obrigações (resumo das condições do nº 2 do artigo 4º

4.1. Nome: “Queso Ibores”

4.2. Descrição: O “Queso Ibores” é um queijo gordo, produzido exclusivamente a partir de leite cru de cabra Serrana, Verata, Retinta e respectivos cruzamentos. O leite será o produto natural inteiro obtido da ordenha de cabras sãs, nas explorações pecuárias inscritas no Registo de Explorações Pecuárias da Denominação de Origem Protegida.

O “Queso Ibores” apresenta no fim da cura as seguintes características:

**FÍSICAS:** De forma cilíndrica, com faces relativamente planas e perímetro lateral plano-convexo, de altura variável entre 5 e 9 centímetros, com um diâmetro de 11-15 centímetros e um peso que varia entre 650 e 1200 gramas. A casca é lisa e semi-dura, de cor natural amarelo céreo a ocre escuro, sendo tradicional a apresentação do queijo esfregado com pimentão ou untado de azeite, podendo apresentar diferentes colorações, em função dos diferentes bolores, desde o acinzentado da casca natural ao vermelho alaranjado, nos queijos esfregados com pimentão, ou ao amarelo ocre, nos queijos untados com azeite. A pasta é de cor branco marfim, semi-dura, de consistência amanteigada e húmida, entre friável e elástica, apresentando olhos pequenos, pouco abundantes e desigualmente distribuídos.

**QUÍMICAS:** Teor mínimo de gordura de 45 % do extracto seco. Extracto seco mínimo de 50 %.

pH: de 5,0 a 5,5. Proteína total no extracto seco mínimo, 30 %. NaCl: 4 % no máximo.

**ORGANOLÉPTICAS:** Aroma de suave a moderado, a queijo de cabra produzido com leite cru.

Sabor franco característico, ligeiramente ácido, moderadamente picante, um tanto salgado, travo suave a queijo de cabra, muito agradável ao paladar.

**MICROBIOLÓGICAS:** De acordo com a regulamentação higiossanitária em vigor.

4.3. Área geográfica: A zona de produção do leite e laboração do queijo compreende as comarcas naturais de Ibores, Villuercas, La Jara y Trujillo, constituídas por 35 municípios do Sudeste da província de Cáceres.

4.4. Prova de origem: O leite destinado à produção do “Queso Ibores” será de cabra, das raças citadas anteriormente. As explorações deverão situar-se na zona de produção e estar inscritas no registo de explorações pecuárias do Conselho Regulador da Denominação de Origem Protegida, de acordo com o estabelecido no Manual de Qualidade.

O queijo será produzido em queijarias inscritas situadas na zona de produção do Conselho Regulador e controladas pelo mesmo.

A cura será efectuada em locais inscritos e controlados pelo Conselho Regulador.

O produto final é submetido às análises físico-químicas, microbiológicas e organolépticas adequadas, para poder garantir a sua qualidade.

4.5. Método de obtenção: Leite cru, com as melhores condições higiénicas e sanitárias, proveniente de cabras Serranas, Veratas, Retintas e respectivos cruzamentos. Estas raças, que se caracterizam por qualidades específicas como a sua grande rusticidade e capacidade de adaptação a condições extremas do clima e do terreno, constituem tradicionalmente o gado caprino explorado na zona de produção do “Queso Ibore”, o que se deve ao facto de outros tipos de gado não terem a mesma capacidade de adaptação ao regime de pastoreio extensivo ou semi-extensivo, nas condições orográficas destas comarcas naturais.

A coagulação do leite será provocada por coalho natural, uma secreção do estômago de ruminantes lactentes, homogeneizado industrialmente, com uma composição média de 80 % de quimosina e de 20 % de pepsina e com uma força média de 1:15000. O processo de coagulação terá lugar a uma temperatura entre 28 °C e 32 °C, com a duração de 60 a 90 minutos. A coalhada será submetida a cortes sucessivos, até obter grãos de 5 a 10 mm. A moldagem dos queijos será feita introduzindo a coalhada em moldes cilíndricos autorizados e submetendo-a a prensagem, com equipamentos adequados, durante 3 a 8 horas, a pressões de 1 a 2 kg/cm<sup>2</sup>.

A salga pode ser feita a seco ou em salmoura, utilizando exclusivamente cloreto de sódio. Em caso de salmoura, o tempo máximo de permanência será de 24 horas, numa solução salina com a concentração máxima de 20° Bé.

O “Queso Ibore” necessita de um período mínimo de maturação de 60 dias. Poderão ser considerados queijos “artesaniais” os que são fabricados pelos produtores com leite proveniente dos seus próprios rebanhos e com um período mínimo de maturação de 100 dias.

#### 4.6. Relação Histórica:

O queijo é um produto cujo fabrico e comercialização são de origem ancestral. O “Queso Ibore”, tal como o conhecemos hoje, é fabricado desde tempos muito antigos na zona de produção desta Denominação de Origem Protegida. É comercializado em Trujillo, todas as quintas-feiras, desde 14 de Julho de 1465, data em que foi concedido a esta cidade por Henrique IV de Castela o privilégio de celebrar um mercado franco, isento de alcavalas sobre produtos hortícolas, cereais, gado e seus derivados (carne, leite, queijo). Uma rua de Trujillo conserva ainda hoje o nome de “Calle de los Cabrerros”, por ser de passagem obrigatória para os pastores e o gado, quando se dirigiam para o mercado semanal. Por outro lado, a localidade de Jaraicejo solicitou em Fevereiro de 1940 autorização para realizar um mercado semanal, que lhe foi concedida em Janeiro de 1945. Podiam ser transaccionados nesse mercado todos os artigos e produtos susceptíveis de peso e medida. Com o tempo esse mercado, que se realiza todas as semanas, de Janeiro a Julho, ficou reduzido à compra e venda de queijo de cabra, e é nele que os produtores das povoações mais próximas colocam os seus produtos.

Natural:

A paisagem é principalmente de tipo mediterrânico, com predomínio da pastagem e do montado de sobre e azinho, na planície; bosques de amieiros, choupos e salgueiros junto aos rios e floresta de montanha, com sobcoberto de estevas. São terrenos acidentados, formando serras paralelas, orientadas na direcção Sudeste-Noroeste, e zonas de planalto com afloramentos de rochas vulcânicas. O clima caracteriza-se por temperaturas médias de 15 °C a 16 °C, com Invernos frios e Verões muito quentes.

As características da flora desta zona, em que predomina o montado de sobre e de azinho, sendo a bolota uma das principais fontes de alimentação (de qualidade inegável) do gado no Inverno, juntamente com o sobcoberto de esteva, tomilho, urze, etc., conferem a essa alimentação características específicas que se traduzem numa produção láctea não muito elevada, mas de qualidade reconhecida.

As raças caprinas autóctones mostraram ser as que melhor se adaptam às características climáticas da zona, com Invernos frios e Verões quentes, assim como à orografia acidentada e às condições duras de pastoreio extensivo ou semi-extensivo, aproveitando a pastagem destas zonas marginais, de grande interesse ecológico, e favorecendo a conservação do meio natural.

O leite obtido a partir destas raças tem características específicas que conferem ao queijo as qualidades organolépticas próprias do “Queso Ibores”, textura amanteigada, ligeira acidez e aromas a leite cru de cabra.

#### 4.7. Estrutura de controlo Nome: Consejo Regulador

Endereço: Mercado Regional de Ganados. Trujillo-Cáceres

O C.R.D.O.P. “Queso Ibores” cumpre a norma UNE-EN 45011.

Tel./Fax (34) 927 32 30 76

4.8. Rotulagem – Menção obrigatória da Denominação de Origem Protegida “Queso Ibores”.

- Rótulos autorizados pelo Conselho Regulador.
- Contra-rótulos numerados e expedidos pelo Conselho Regulador.

4.9. Exigências legislativas nacionais: Lei n.º 25/1970, de 2 de Dezembro de

1970, relativa ao estatuto da vinha, do vinho e do álcool, e respectivo regulamento de aplicação, aprovado pelo Decreto n.º 835/1972, de 23 de Março de 1972. Diploma de 25 de Janeiro de 1994 que precisa a correspondência entre a legislação espanhola e o Regulamento (CEE) n.º 2081/92, em matéria de denominações de origem e indicações geográficas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. Decreto Real n.º 1643/99, de 22 de Outubro de 1999, que regulamenta o processo de instrução dos pedidos de inscrição no Registo Comunitário das Denominações de Origem Protegidas e das Indicações Geográficas Protegidas.

Número CE: ES/00261/28.10.2002.

Data de recepção do processo completo: 15 de Janeiro de 2004.

Original em: EUR-Lex - 52004XC0306(06)



ENTRE-MONTES

FUNDO-AL

ISBN 978-85-64478-24-4



9 788564 478244



EXECUÇÃO:



AGRO NEGÓCIOS  
PROJETOS & CONSULTORIA

REALIZAÇÃO:



Secretaria de Estado  
da Agricultura e do  
Desenvolvimento Agrário

